



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICA

HAÍZA FERNANDA DE SOUZA RODRIGUES RUFINO

**A VISÃO CALVINISTA SOBRE A SOBERANIA DO DEUS CRISTÃO NO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO**

Rio de Janeiro

2022

HAÍZA FERNANDA DE SOUZA RODRIGUES RUFINO

**A VISÃO CALVINISTA SOBRE A SOBERANIA DO DEUS CRISTÃO NO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO**

Projeto de monografia apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Daniel de Pinho Barreiros

Rio de Janeiro

2022

Catálogo informatizada pela autora.

R926 Rufino, Haíza Fernande de Souza Rodrigues
 A visão Calvinista sobre a soberania do Deus
 Cristão no desenvolvimento social e econômico./
 Haíza Fernande de Souza Rodrigues Rufino. -- Rio de Janeiro,
 2022.
 52 f. : il. ; 22 cm

 Orientador: Daniel de Pinho Barreiros.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Graduação
 em Ciências Econômicas, 2022.

 1. Calvino. 2. Reforma Protestante 3. Economia
 . 4. Genebra. 5. século XVI. 6. Capitalismo. I. Barreiros,
 Daniel de Pinho, orient. II. Título.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia, desde que citada a fonte.

HAÍZA FERNANDA DE SOUZA RODRIGUES RUFINO

A VISÃO CALVINISTA SOBRE A SOBERANIA DO DEUS CRISTÃO NO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito para a
obtenção do título de Bacharela em Ciências
Econômicas.

Rio de Janeiro, 5/9/2022.

DANIEL DE PINHO BARREIROS - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

DANIEL RIBERA VAINFAS
Mestre em Economia Política pela UFRJ

EDUARDO ALBERTO CRESPO
Professor Dr. do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me escolheu e mudou a minha cosmovisão acerca de todas as coisas, que me sustentou e proveu, todas as vezes em que pensei não ter capacidade para terminar essa jornada e permaneceu ao meu lado me mostrando qual caminho deveria seguir.

À minha família, cujo apoio foi fundamental, que me sustentou financeira e psicologicamente. Meus pais, Edna e Fernando, que lutaram para que eu tivesse a melhor educação que eles podiam me oferecer. À minha irmã Munick, que me ensinou que o ensino superior é para todos, ainda que seja difícil, e me incentivou a estudar com todas as minhas forças. Ao meu irmão, Diego, que não está mais entre nós, mas que em vida cuidou de mim e me protegeu, elogiando cada uma das minhas conquistas e me lembrando que eu era o seu orgulho.

Às minhas melhores amigas, Gabrielle, Manuella, Isabela, Cássia e Daryelly, que sempre acreditaram em mim, que leram, revisaram e criticaram construtivamente este trabalho e sempre me lembraram que eu podia fazer qualquer coisa com a graça de Deus.

À turma de Economia 2018.1, em especial, Jéssica Carvalho e Marianna Baia, que ameaçaram me buscar em casa, caso eu desistisse do curso, e cujo apoio foi fundamental em todas as matérias, sem contar a companhia, que alegraram os meus dias.

Ao meu professor orientador, Daniel de Pinho Barreiros, cuja inteligência e visão crítica sempre me impressionaram bastante e aceitou o desafio de me ajudar a expor a minha tese ainda que, em suma, tivessem muitos problemas a serem contornados.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro e todo o corpo docente que fizeram parte, direta ou indiretamente, da minha formação acadêmica. A felicidade em pertencer a esta faculdade e ao Instituto de Economia me acompanharão por toda minha vida.

À Primeira Igreja Batista de Ricardo de Albuquerque, em que passei bons anos da minha vida, cuja separação foi difícil.

A Igreja Batista do Discipulado, que foram de suma importância para minha cosmovisão. Sem a inteligência, dedicação, análise crítica e a ajuda desses irmãos, não seria possível esse trabalho de monografia.

A paz se possível, mas a verdade a qualquer preço.

(Martinho Lutero)

RESUMO

Abordar a visão Calvinista acerca da soberania do Deus cristão sobre a organização social e econômica, analisando a influência do reformador João Calvino no desenvolvimento de Genebra. Examinando os pensamentos e ideologias sobre capital, trabalho e os respectivos papéis do Estado e da Igreja em contraponto com a realidade do sistema medieval da época. Preponderando os pontos relevantes da reforma protestante com foco na transformação do pensamento antropológico do reformador Calvino destacando a elaboração do sistema econômico adotado e a busca por um sistema mais eficiente e justo. Averiguando ao final, as discrepâncias dos pressupostos da reforma com o capitalismo atual e o quão distância se encontra das origens e ideais do movimento em si.

Palavras Chaves: Calvino; Reforma protestante; economia; Genebra; Século XVI; capitalismo; Igreja Medieval.

ABSTRACT

Addressing the Calvinist view about the sovereignty of the Christian God over social and economic organization, analyzing the influence of the reformer John Calvin on the development of Geneva. Examining the thoughts and ideologies about capital, labor, and the respective roles of state and church in counterpoint to the reality of the medieval system of the time. Prepondering the relevant points of the Protestant reform with a focus on the transformation of Calvin's anthropological thought, highlighting the elaboration of the economic system adopted and the search for a more efficient and just system. In the end, the discrepancies of the reformation's assumptions with the current capitalism and how far it is from the origins and ideals of the movement itself will be ascertained.

Keywords: Calvin; Protestant Reformation; economy; Geneva; century XVI; capitalism; Medieval Church.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ME	Ministério da Economia
OMS	Organização mundial de saúde
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PANORAMA SOCIAL E ECONÔMICO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DA IGREJA E NO SISTEMA FEUDAL	14
1.2 REFORMA RELIGIOSA X REFORMA SOCIAL	15
1.3 A RUPTURA COM A SOCIEDADE MEDIEVAL E O CENÁRIO PROPÍCIO A REFORMA PROTESTANTE.....	17
1.3.2 AS INTENÇÕES DE MARTINHO LUTERO	17
1.3.3 A OMISSÃO DE LUTERO.....	18
1.4 GENEBRA NA ERA MEDIEVAL.....	20
1.4.2 A ADESÃO À REFORMA PROTESTANTE	21
 2 UMA ANÁLISE DA VISÃO DE CALVINO SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS	24
2.1 A VIDA, FORMAÇÃO E OBRAS DE CALVINO.....	24
2.1.2 DE CLEMENTIA À CONVERSÃO.....	25
2.1.3 AS MEDIDAS CONTRA A REVOLUÇÃO SOCIAL LEVAM CALVINO A GENEBRA PELA PRIMEIRA VEZ	27
2.1.4 A GENEBRA QUE CALVINO ENCONTROU	28
2.2 A VISÃO CALVINISTA SOBRE RIQUEZA, DOMÍNIO E PODER ECONÔMICO	29
2.2.2 A VISÃO CALVINISTA SOBRE O DINHEIRO E O PAPEL DA IGREJA REDIMIDA.....	30
2.2.3 A VISÃO CALVINISTA SOBRE A PROPRIEDADE E O PAPEL DO ESTADO	32
2.2.4 A VISÃO CALVINISTA SOBRE TRABALHO	34
2.2.5 SOBRE AS TROCAS E O COMÉRCIO	36
2.2.7 CREDORES E DEVEDORES	37
 3 CALVINISMO X CAPITALISMO: A COSMOVISÃO WEBERIANA	39
3.1 O MITO DO SUCESSO CAPITALISTA EUROPEU	39
3.2 O MITO DO SUCESSO CAPITALISTA EUROPEU	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2 MAX WEBER E O CONCEITO DE TRABALHO.....	40

3.3 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CAPITALISMO DE MAX WEBER E A SUA ORIGEM NOS PURITANOS	41
3.3.3 A VISÃO WEBERIANA DA DIVISÃO DO TRABALHO E DO DINAMISMO DO EMPREENDEDORISMO NO PURITANISMO	44
3.3.4 A ALTA PRODUTIVIDADE E POUPANÇA	45
3.4 A DOCTRINA CALVINISTA DETURPADA PELO UTILITARISMO	45
3.4.2 ERNEST TROELTSCH SOBRE O CAPITALISMO EM GENEBRA	46
3.5 O PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CALVINO	46
4 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela “maior crise sanitária da nossa época” segundo a Organização mundial de saúde (OMS), os efeitos da pandemia da Covid 19 (SARS-CoV-2) foram avassaladores. No Brasil, o Banco Central estimou que o Produto Interno Bruto (PIB) iria encolher para 4,3% e de acordo com o IBGE o número foi ainda mais baixo naquele ano, caindo para o 3,9%. Mediante a essa crise, o mundo se deparava com a fragilidade das relações econômicas, sociais e políticas, como se cada um desses conceitos tivesse se tornado rivais ao invés de “relacionais”, onde escolhas de sacrifícios precisavam ser feitas em favor da qualidade de vida. A problemática é então, definida na compreensão desses três conceitos, afinal, em termos gerais a economia é “... o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida” (FEAUSP, [20 de março de 2022], s.p).

Nessa perspectiva, a economia de um país precisa levar em consideração a qualidade de vida dos seus cidadãos. No Brasil, o governo federal conta com o Ministério da Economia e do Trabalho, que funciona como o executor das políticas fiscais, sendo o principal responsável pelas arrecadações e planejamento orçamentário e financeiro do Estado, fora as demais secretarias e suas respectivas funções acopladas ao ME. Este órgão, assim como os demais, possuem a gestão humana - indivíduos com visões, perspectivas e prioridades, como todos os outros, porém com o poder de influenciar na qualidade de vida da população mediante as suas decisões e escolhas.

Na Idade Medieval, a eclosão da Reforma Protestante se dá em grande parte pela insatisfação popular acerca de tais decisões o que estimulou revoluções sociais que não estavam necessariamente ligadas à um cunho religioso, mas essencialmente comunitário e até econômico, sendo impossível de negar a influência do Renascimento tanto nas revoluções como na Reforma. Há, no século XVI, uma quebra da unidade cristã na Europa Ocidental sustentada pela crescente insatisfação popular e burguesa.

Henri Hauser - historiador, filósofo e economista francês do século XIX - chama atenção em sua obra “A modernidade do século 16” para o problema que João Calvino encontrou em Genebra: Para melhorar uma igreja, é preciso melhorar uma cidade, para melhorar uma cidade é preciso melhorar o homem. Dessa forma, os problemas encontrados em uma nação desigual, assolada pela pobreza, ausência de oportunidades e concentração de renda soam muito atuais conforme André Biéler (2012) escreveu “Após quatro séculos,

además, o sentido de atualidade destes escritos não diminuiu; primeiro, porque tratam de problemas humanos até as profundezas em que renascem sempre similares.” (p.31)

João Calvino influenciado pela Reforma Protestante (um movimento essencialmente religioso que teve repercussões nas demais esferas da sociedade) tentou colocar em prática a sua visão da universalidade. Defendendo, portanto, que a palavra de Deus seria a base para construir o que acreditava ser uma sociedade eficiente, justa e desenvolvida de acordo com suas interpretações das Escrituras Sagradas. Chamando atenção para os perigos da omissão com questões materiais e sociais, tendo que enfrentar a reformulação do conceito de capital, trabalho, poder e riqueza, uma vez que tais conceitos eram vistos como pecaminosos devido à soberania da Igreja Católica Medieval.

O Objetivo é apresentar a cosmovisão de João Calvino sobre a responsabilidade dos homens e das autoridades instituídas, abordando os textos do reformador sobre as injustiças sociais e o papel da Igreja e do Estado nos dilemas econômicos. No primeiro capítulo, abordando os conceitos da Reforma protestante que o influenciaram, ainda que não fosse a intenção de Lutero, e modificaram a visão antropológica de Calvino e que o fez querer lutar contra o interesse de pequenos grupos e partir em defesa dos interesses coletivos.

Já no segundo capítulo, será discutido mais especificamente a visão de Calvino sobre a universalidade da palavra de Deus que o impulsionou a criar um novo sistema econômico. E não esconder o seu descontentamento com a forma como Genebra estava sendo conduzida pelos seus líderes. Trabalhando os conceitos de bens, propriedade privada, regulação do Estado e atividade econômica, ressaltando as principais mudanças para aquela sociedade. Sem deixar de mencionar a corrupção humana como algo intrínseco.

A visão crítica da doutrina, assim como as possíveis controvérsias serão tratadas no capítulo três. Assumindo os pontos de falhas e que deram margem para interpretações errôneas que não necessariamente representam a visão do reformador, assim como as interpretações divergentes dos pensamentos calvinistas. Para isso, será analisado Max Weber e sua crítica ao “espírito capitalista” que teria surgido da Ética Protestante e alguns críticos a doutrina Calvinista que surgiram após o historiador.

Como último tópico do capítulo três, será analisada a contemporaneidade dos problemas enfrentados por Calvino no século XVI e a relevância direta dos seus pensamentos econômicos para a sociedade atual. Assim como, será apresentada a conclusão acerca do calvinismo e a origem do capitalismo tendo como base as interpretações dos comentários, cartas e obras do reformador.

1.1 Panorama Social e Econômico: Uma breve discussão sobre o papel da Igreja e no Sistema Feudal

Na era medieval as autoridades máximas eram constituídas pela figura da Igreja e dos senhores feudais que, através de acordos, reforçaram os laços da estrutura social. Os senhores eram os donos da terra e sua riqueza e o seu poder eram medidos através do quanto possuía (terra e servos). Já os camponeses viviam dentro do feudo trabalhando e servindo como se fossem arrendatários em troca de proteção e segurança, visto que as conquistas eram feitas principalmente por meio da guerra ou herança. O papel da Igreja era, de certa forma, manter a ordem, assegurando que a hierarquia social continuasse a mesma. Após o renascimento, sob a perspectiva protestante, Jean Delumeau - historiador francês especialista em estudos da religião cristã - vai dizer que o medo era a principal arma para controlar toda aquela estrutura e tenta, de acordo com a sua visão, reconstruir a forma como a religião transformava esses temores em algo além de natural (DELUMEAU, 2009, p. 54). Para esse autor, quando o medo real se junta ao imaginário, torna mais difícil para o homem medieval, questionar o que lhe está sendo imposto. Discutindo o perigo real que existe no mar rivalizando com o medo imaginário de todos os monstros que ali podiam existir. Quando a peste se alastrava, ou uma criança nascia deformada, a resposta imediata da religião era: ali estava sendo manifestado o poder de Deus.

Por esse prisma, o homem medieval não estava preocupado com a organização social, o medo imaginário parecia mais urgente. Consequentemente os principais líderes religiosos e a nobreza estavam livres para agir da maneira que lhe parecia mais certa. A igreja recebia grande parte das terras e produções, por meio das doações dos nobres que frequentemente barganhavam o favor de Deus a fim de: serem perdoados dos seus pecados, ou conquistaram cargos para seus filhos, principalmente para os mais novos que não herdaram o título e as terras do senhor feudal. Dessa forma, a Igreja expandia com facilidade as suas propriedades, o que levantava a questão do casamento de clérigos como ilícito, com o objetivo de garantir a continuidade da posse de suas terras no caso de haver herdeiros para reivindicá-las. Logo, na visão dos reformadores, a idade média é marcada pela corrupção da igreja católica, e a reforma ganha a perspectiva heroica da restauração da ordem moral social.

Nessa época, o ouro e a prata ficavam retidos nos cofres da Igreja e dos Senhores Feudais. A moeda era escassa e diferente em cada feudo. Sua circulação não era primordial

por uma questão de necessidade. O comércio acontecia através de troca de produtos, o que indicava uma tendência ao mercado interno e pequeno. Também não era fácil promover as trocas entre regiões, fora a questão da moeda não ser unificada entre os feudos, as vias que possibilitavam o acesso eram muito perigosas, o que tornava o mais viável as trocas internas. Além do precário desenvolvimento do comércio, o historiador Leo Huberman faz o seguinte relato sobre o estilo de vida dos servos:

Os arrendatários não podiam dispor da terra como desejassem, pois, tinham que obter o consentimento de seus senhores, e pagar certos impostos, se a transferissem para outro [...] se um arrendatário morria e o herdeiro não completara a idade para entrar em posse da herança, então o senhor toma conta da terra, até que eles atingissem a maioridade... Os herdeiros mulheres tinham que obter o consentimento do senhor para casar [...] esses eram alguns dos deveres a que um vassalo estava obrigado para com seu senhor feudal em troca da terra e da proteção que recebia. (HUBERMAN, 2010, p 18-19).

Vale ressaltar, que os camponeses que serviam ao senhor feudal tinham uma parcela do que produziam como forma de salário de subsistência. A maior parte do que produziam era entregue aos nobres sem esquecer da porcentagem do dízimo da Igreja. Não havia, portanto, uma preocupação com estímulos à economia local, mas sim com a manutenção do próprio sistema de estamentos: Igreja (clérigo), Nobres e camponeses. Nota-se que não havia espaço para uma burguesia ambiciosa, segundo o historiador Henri Pirenne sobre o pensamento da Igreja Medieval.

A finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que, desta vida mortal, passe a vida eterna. A renúncia do monge é o ideal a que toda a sociedade deve aspirar. Procurar a riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial. (PIRENNE, 2014, p.49-50)

1.2 Reforma Religiosa X Reforma Social

O desenvolvimento paralelo do comércio devido às invasões turcas cria uma via alternativa de comunicação entre o Oriente e o Ocidente através do Mediterrâneo. A travessia da Europa pelos rios até o norte do Oriente, acabaram por possibilitar o desenvolvimento de vilas comerciais repercutindo o impacto em Veneza, Gênova, Pisa e na liga Hanseática que organizava um sistema de leis marítimas e comerciais aos quais influenciavam no sistema econômico europeu da época. Em Genebra, uma burguesia comercial e artesanal se formava, enriquecida por seus negócios, ansiosa por sua autonomia política. Ânima essa, que iria reverberar na sua visão de independência da religião professada, preparando o caminho para a

aceitação da Reforma, uma vez que atenderia, e até justificaria os seus interesses políticos e comerciais, ainda que não necessariamente a sua visão de retorno à fé conforme Lutero acreditava.

De acordo com Jacques Pirenne - historiador e segundo filho de Henri Pirenne- a burguesia urbana de maneira progressiva começou a se separar em uma classe cada vez mais consciente de seus privilégios e com medo de perdê-los. O que teria dado espaço para o desenvolvimento do proletariado urbano insatisfeito (PIRENNE, Jacques, [ca.1956], p.82-85). De todo modo, a agitação popular criou uma desestabilização da ordem em prol da justiça social, pode-se discutir, no entanto, se tais movimentos que levantavam a bandeira da Reforma, não seriam mais propriamente ditos, paralelos, uma vez que se distanciam significativamente do posicionamento de Lutero.

Nesse período de transição e delineamento entre épocas, a cosmovisão dos seres humanos, a forma subjetiva e o prisma pelo qual se escolhe compreender os fatos, está em processo de mudança entre o que é considerado novo e o velho. A Igreja católica e os monarcas temem perder o poder enquanto a burguesa, e o proletariado buscam seus interesses que convergem em direção ao novo. Todavia, não possuem autoridade para decidir, e seu posicionamento se dá por meio de movimentos populares, até violentos, que não tardam a ser combatidos. A dificuldade da expansão comercial leva à grande massa a percepção de que seus privilégios materiais estão sendo negados. Como o proletariado sempre acaba por ser a parcela mais numerosa, a crescente insatisfação se torna o combustível para a participação nas revoltas sociais e até religiosas que surgiram em toda a Europa antes da Reforma Protestante.

Sobre o proletariado rural, Jacques Pirenne, diz que surgiu a partir dos servos libertos. A produção não é mais voltada para a subsistência conforma o desenvolvimento urbano avança. sustentar o consumo não é suficiente, seria preciso abastecer as cidades abrindo espaço para os fins de comercialização, atribuindo um novo valor a terra e o trabalho servil agora se tornava um obstáculo devido à taxa fixa e a concessão perpétua da terra. Isto, teria sido o motivo que levou a um movimento de libertação de servos como feito na França por Luiz X com intenção de aumentar os rendimentos da terra (PIRENNE, Jacques, [ca.1956], p.185). Em 1315, O servo estava livre, porém tinha sido desapropriado de suas terras, restava-lhes vender a sua capacidade produtiva de onde viria o lucro dos seus não mais senhores, porém agora, tinham a chance de se juntar aos movimentos que mostravam o seu descontentamento. Em Flandres, em 1324, a insatisfação explode e os camponeses não querem mais pagar anuidade aos senhores feudais e nem o dízimo a Igreja. Entretanto esta revolta é logo sufocada, assim como outras na Inglaterra e por toda Europa, o que indica uma

tensão social e uma vontade crescente do rompimento com a estrutura da sociedade feudal medieval. (PIRENNE, Jacques, [ca.1956], p.203).

1.3 A Ruptura com a sociedade Medieval e o cenário propício a Reforma Protestante

Carter Lindberg - professor da Universidade de Boston - defende uma espécie de "pluralidade das reformas", para esse autor, como não foi um movimento monolítico e uniforme, tratar no singular é ignorar os aspectos peculiares que cada um dos movimentos provocou. (LINDBERG, 2001, p. 415-416). Lindberg chama atenção para grupos particulares como os anabatistas e a contrarreforma, além da Luterana para justificar esse "pluralismo". Assumindo essa possibilidade, sobre a Reforma Protestante, proposta por Martinho Lutero, pode-se dizer que a sua intenção era ser um movimento essencialmente religioso, pois queria causar o que acreditava ser um "avivamento" por meio do retorno ao evangelho, que em sua concepção havia sido abandonado pela Igreja Católica, e não uma separação da instituição religiosa.

1.3.2 As intenções de Martinho Lutero

Com a exposição das noventa e cinco teses, Lutero acusava as vendas de indulgência a não levarem os fiéis a buscarem o verdadeiro arrependimento e sim um apaziguamento das suas penitências e dedica a primeira parte de seu trabalho a discorrer sobre as questões da culpa, alma e purgatório fundamentado na sua interpretação das Escrituras, das teses de 1-29. (MARTINHO, [1526]). A transformação da mente e dos costumes, acabam por ser inevitáveis com a ideia de retorno à piedade de Lutero, no entanto, a questão da Reforma social e política não aparecem como pauta em suas teses, ainda que condenasse o egoísmo e a falta de "misericórdia" que acreditava ser estimulado pela venda do perdão conforme é dito nas teses de 40-47. (MARTINHO, [1526]).

No entanto, segundo Lucien Febvre, sem que Lutero tomasse partido das causas populares, por uma questão política suas teses tornaram-se perigosas, pois as revoltas populares estão ocorrendo sob a bandeira da reforma. Em 1518, ele é considerado herético e acusado de "atentar contra a coroa do papa e o ventre dos monges" (FEBVRE, 1994, p.104).

Como citado anteriormente, os príncipes e os cavaleiros vão se interessar fortemente pela causa de Lutero, devido a um conflito de interesses. De um lado a nobreza latifundiária e do outro lado o clero muito rico, com muitas terras e influência. A burguesia também se

mostra interessada em faltar-se dos ideais Luteranos, uma vez que não encontravam mais o seu lugar na Igreja Medieval, ansiavam por seu lucro, por novas condições de trabalho que possibilitasse o enriquecimento. E quanto a isso o próprio não se deixou ludibriar: “Eu, se o quisesse, em três sermões conduziria Wittenberg toda aos erros antigos.” (FEBVRE, 1994, p.195).

André Biéler chama Lutero de “profeta involuntário da revolta proletária” (BIÉLER, 2012, p.60) quando discorre sobre o declínio econômico das cidades alemãs em meio à crise, segundo esse autor, o aumento da insatisfação da grande massa formada pela classe operária e teria chamado a atenção do povo para as extravagâncias da Igreja e deixado os ouvidos mais receptivos a Reforma. No entanto, conforme as revoltas cresciam e os príncipes passavam a proteger Lutero, este escreveu o sermão intitulado “Contra os Camponeses Assaltantes e Assassinos” que condenava rigorosamente a revolta do campesinato rural e qualquer atitude contra os príncipes com duros adjetivos, alegando que as autoridades deveriam ser exortadas a cuidar do povo, mas que este último deveria esperar pacificamente, pois ir contra eles seria ir contra Deus. (MARTINHO, [1526?]). Nota-se, que não havia uma intenção de reforma drástica nos âmbitos sociais e econômicos, as noventa e cinco teses, mais parecem exigir uma reforma religiosa, tratando as outras esferas como secundárias, ainda que pareçam apontar indiretamente para mudanças nas demais esferas como uma espécie de consequência do que seria a nova visão da Igreja.

1.3.3 A omissão de Lutero

O reformador João Calvino irá chamar atenção diversas vezes em seus escritos sobre o que acontece com uma sociedade cuja Igreja se omite conforme será elucidado no próximo capítulo. Essa perspectiva pode soar crítica ao próprio Lutero que diante dos problemas sociais, apesar de não o negar, não fez questão de trabalhar ativamente dando uma direção, uma vez que se mostrava contra as revoluções que desafiavam o poder dos príncipes. A preocupação de Lutero sobre o que pessoalmente entendia como retorno à fé bíblica primitiva limitou-se a isso, ainda que tenha tido algum esforço ao formular o "Manifesto à nobreza" elucidando diversos problemas sociais e Econômicos da época, mas que infelizmente não havia sido tão profundo como a sua formulação teológica isso levou Thomas Müntzer - um dos primeiros teólogos alemães da Reforma - a se volta contra Lutero de maneira brusca.

Thomas Müntzer defendia o fim da propriedade privada, a erradicação dos "não crentes" e a construção de uma sociedade igualitária através do uso de armas. Em meio a

desestruturação do feudalismo na Europa ocidental, a suas ideias de unificar a religião e a política acabam se tornando cada vez mais agressivas sendo reafirmadas pelo seu contato com os anabatistas de onde teria vindo as bases para revolução camponesa na Alemanha no século XVI:

A maior infâmia da terra consiste em que ninguém quer tomar para si a miséria do pobre; os grandes deste mundo agem como querem. Eis, pois, o auge da avareza, do sonho e da pilhagem dos nossos Príncipes e senhores: apossam-se de toda criatura, sejam peixes n'água, aves no céu ou plantas na terra; tudo deve ser seu. Em seguida espalham o mandamento de Deus entre os pobres, e dizem: Deus ordenou que não roubeis! Contudo, não acharam uso deste mandamento para si mesmos. (MÜNTZER, 1974, p. 101).

Uma grande desordem social acabava de ser provocada, os extremistas reproduziam um comportamento anárquico. Revoltas, violência e acusações contra Lutero por parte dos que assim como Müntzer, acreditavam que Lutero não estava cumprindo o que sua reforma teria prometido. Entretanto, por um outro viés, apesar de ser a favor de manter as principais estruturas como: os príncipes e a Igreja católica. Martinho Lutero tinha uma concepção de que o povo sofria com as injustiças sociais, só que para ele, conforme as teses demonstravam, uma reformulação espiritual teria consequências na sociedade, acreditava que os príncipes deveriam deixar seus interesses egoístas voltando-se para a verdadeira fé a fim de ajudar os necessitados e tomar as decisões que na sua visão de protestante, beneficiaram a todos, mas se posicionava contra a violência e a revolta popular seguindo de certa maneira, omissa, ao não se posicionar mais claramente.

Na Suíça, a insatisfação popular também estava sendo notada. Greyerz diz que o primeiro impulso da Reforma teve origem nas cidades, começando em Zurique, depois indo para Berna, Basel e Schaffhausen. Para esse autor, chegando na linguagem do povo, "o papel dessas cidades como senhores territoriais facilitou a propagação da mensagem da Reforma no campo, bem como, principalmente o "design ocidental" de Berna, que estava se espalhando para a parte da língua francesa e suíça." (GREYERZ, 2004, p.87, tradução nossa.). A estrutura populacional teria sido impactado de maneira significativa para essa origem, de acordo com as suas estimativas, observando pelo prisma de que as cidades possuíam um tamanho comparativo pequeno: Basel 9.000-10.000 habitantes e Genebra aproximadamente 10.000, Berna tinha cerca de 5.000 habitantes e a população de Zurique variava entre 5.000 e 8.000 pessoas. As estimativas da população para Solothurn, Fribourg e Lucerna varia entre 2.000 e 4.500 habitantes. É possível cogitar que uma rápida comunicação a respeito da Reforma em conjunto com a insatisfação tenha tornado as mentes dos comerciantes e artesãos da cidade mais favoráveis, contudo, a Reforma na Suíça veio acompanhada de propostas que seriam de

reformas sociais como apontado pelo próprio Gaspar Greyerz. Zwingli defendia a mudança eclesiástica e social, o que teria feito a mensagem se propagar pelas pessoas influentes do clero local não só de Zurique, o que teria feito diferença para Calvino e suas ideias para Genebra.

1.4 Genebra na Era Medieval

Thomas A. Bloomer vai descrever a cidade de Genebra da era medieval como selvagem:

As ruas fervilhavam de multidões, enquanto pessoas de toda a Europa passavam a caminho da França, Itália, Alemanha ou Áustria. Com mais pousadas per capita do que qualquer outra cidade de sua época, Genebra estava cheia de comerciantes festeiros, pequenos criminosos, refugiados políticos, espões e marinheiros do Lago Genebra. A embriaguez era comum, e as casas de prostituição faziam um bom negócio. As feiras da cidade eram particularmente famosas; durante esses eventos, a cidade estava aberta e cheia de gente. (BLOOMER, 2008, p.1, tradução nossa).

Genebra era até então popular, pois a sua localização era privilegiada, as rotas das viagens mais importantes na Europa cruzavam o seu território, proporcionando um grande fluxo de visitantes que favoreceu o comércio, devido a variedade de comercialização de bens. O local se tornou um centro de bastante influência, não só material, as diferentes ideias e cosmovisões se cruzavam e ganharam espaço para expansão e debate. Atualmente, Genebra é uma capital mundial diplomática, como salienta Bloomer, pois 70% dos trabalhos das Nações Unidas e Organizações poderosas como a Mundial do Comércio possuem uma sede lá para suas reuniões. Genebra passou de um centro comercial influente para a “cidade mais fedorenta da Europa” sem a alta comercialização, com a população empobrecida e com uma crise social instalada nas famílias que se desintegravam.

Blommer vai dizer que a grande responsabilidade era da Igreja. Na Europa, cada vez mais as pessoas estariam se cansando da hipocrisia, imoralidade e corrupção. A Igreja estava vendendo salvação. As pessoas precisavam pagar altas quantias com a intenção de escapar do inferno. Os padres eram os principais frequentadores das casas de prostituição e apesar de não poderem se casar, tinham filhos ilegítimos. O povo teria começado a questionar a liderança da Igreja, não havia mais uma confiança no que era ensinado e pregado, chegando ao ponto do povo expulsar de Genebra o bispo em 1530, mas não havia alguém para ocupar o espaço deixado por ele. No entanto, é importante observar que a noção do que é considerado certo ou errado precisou ser construída. Naquela realidade, as pessoas estavam acostumadas com a forma como a igreja conduzia, o aspecto moral precisou ser trabalhado de modo que naquele

momento representasse um incômodo, pode-se levantar a ideia de que as questões econômicas urgentes tiveram grande impacto nessa construção do que seria considerado imoral e inapropriado, já que como o próprio Bloomer aponta, haviam famílias desestruturadas e muito pobres buscando soluções para as suas necessidades básicas e culpados pela crise social, e o governo e a Igreja não tinham as respostas sobre como conduzir a sociedade.

1.4.2 A Adesão à Reforma Protestante

Na Europa, a insatisfação dos líderes que eram a favor da reforma com a corrupção da Igreja deu espaço para exigências, eles buscavam reformular a mente do povo para que o acesso à Bíblia fosse uma pauta social digna de agitações. Na visão dos reformadores, a autoridade máxima deveriam ser as Escrituras como fundamento da verdade para toda uma comunidade, o que significa a maneira como uma nação deveria viver: "Infelizmente, mas não surpreendentemente, a resistência a isso veio da própria Igreja" (BLOOMER, 2008, p.2, tradução nossa). O autor defende que isso teria sido o motivo pelo qual o governo foi incentivando a perseguir os crentes obrigando-os a fugir, mas esse movimento teria possibilitado a expansão para outros lugares, vale especificar que Bloomer não admite que as exigências sobre acesso à Bíblia vieram dos líderes da reforma e não do povo em si. Ainda que as agitações populares tenham ocorrido, assim como os demais conceitos, a importância de leitura das Escrituras precisou ser ensinada, e o cenário social tornava-se propício para qualquer ideia que propusesse uma mudança social e econômica.

Em 1531, William Farel - uma das importantes figuras da reconstrução de Genebra - chegou à cidade. Seu temperamento e comportamento radical teriam dificultado a promoção de alguma mudança real e significativa, já que foi expulso da cidade algumas vezes. Froment, um dos companheiros de Farel, conseguiu implementar uma escola para ensino de leitura. A sua principal intenção era ensinar as crianças a ler utilizando a Bíblia, mas no decorrer do tempo, muitos adultos também se interessaram em aprender a ler e escrever. Dessa forma, o acesso às Escrituras foi recuperado o que por muito tempo havia sido negado pela Igreja Católica Medieval. No entanto, em 1534 Froment acabou sendo expulso da cidade ao desagradar às autoridades locais quando gritou que a nação precisava passar por uma reforma.

Em 26 de agosto de 1535 os eleitores de Genebra por meio dos votos optaram por se tornar uma sociedade Protestante reformada, aceitando a alfabetização das crianças sob a proteção dos Senhores de Berna. Este foi um ponto fundamental para o aval da liderança, uma vez que esses senhores eram Protestantes declarados e ofereciam proteção, eram influentes

naquela sociedade. Os cidadãos passaram a se reunir um Conselho Geral que escolhia os magistrados, e também havia a formação do pequeno conselho, que defendia exclusivamente o interesse da burguesia, corpo consultivo e executivo.

As autoridades máximas antes da chegada de Calvino eram três: o bispo, o magistrado e os burgueses. O bispo representava a Igreja, logo era um chefe espiritual – o soberano da cidade abaixo do Imperador – suas funções incluíam comandar a cidade, cunhar moeda, julgar apelações e conceder graça e indulto. O magistrado tinha o direito de justiça restrito, responsável pela defesa da cidade e pelos prisioneiros. Os conselhos eram encarregados pelas questões criminais e financeiras, também tinham que garantir a ordem e funcionamento na cidade. (BIÉLER, 2012, p. 89). Nota-se o quanto os poderes civis e religiosos pareciam indissociáveis antes da Reforma, algo que iria incomodar João Calvino cujo equilíbrio social, econômico e espiritual era extremamente importantes na reconstrução do que considerava pessoalmente como uma nação sadia.

É preciso deixar claro que apesar da decisão unânime dos eleitores, os debates não terminaram. Havia uma diferença entre os Protestantes Luteranos e os protestantes franceses, como era o caso de Genebra. Eles não acreditavam que uma cidade poderia se declarar Protestante por ter votado nisso. Para os reformadores franceses, os quais Calvino está incluído, era necessário a proclamação do Evangelho, pois cada indivíduo precisa firmar o seu compromisso pessoal com Deus, mas isso não os impediu de destruir todas as imagens que de acordo com eles, transformavam o povo em idólatra, o que não foi muito bem visto, em parte pelo receio da excomunhão e em outra pela questão da decisão individual, ter sido impedia.

Após a aceitação da Reforma, era necessária uma liderança para guiar a cidade na sua reconstrução religiosa de acordo com a nova visão. William Farel apesar de sua crença radical, quando soube que João Calvino estava na cidade, decidiu que iria visitá-lo, pois precisava da ajuda dele com seu projeto para Genebra. Conhecendo o pano de fundo estabelecido no século XIV, é possível compreender as razões pelas quais seguir a Reforma que acabou por contestar a soberania da Igreja Católica Medieval pareceu tão atraente ainda que não estivessem tão ansiosos pela reforma religiosa como estava Lutero.

2 UMA ANÁLISE DA VISÃO DE CALVINO SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Esse capítulo tem o objetivo de analisar os escritos do próprio autor acerca das atividades econômicas que tiveram algum impacto na forma de organização de Genebra. Desta forma, a metodologia usada é a interpretação dos sermões, comentários bíblicos e cartas escritos pelo reformador. Como material de apoio, foi utilizado edições traduzidas, edições unificadas dos sermões e comentários nas edições mais recentes disponíveis com o intuito de uma maior compreensão da realidade vivida por Calvino, sem deixar de levar em consideração que as crenças religiosas deste, não representavam ponto de vista de todos os cidadãos genebrinos de sua época, e sim, uma visão particular, a partir da cosmovisão do teólogo.

2.1 A vida, formação e Obras de Calvino

João Calvino nasceu em Picardia, no norte da França, no dia 10 de julho de 1509. Seu pai, Gerard Cauvin era um administrador financeiro da catedral de Noyon e sua mãe, Jeanne Le Franc, era filha de um rico hoteleiro aposentado conhecida por ser uma mulher bonita e piedosa. Não era filho único, tinha quatro irmãos e duas irmãs, sendo que dois deles faleceram ainda na infância. Calvino tinha orgulho de pertencer a elite de Picardia, onde era conhecido por ser "inteligente, moralmente sério e dedicado à liberdade e a ordem" (McKIM, Donald, 2004, p.3, tradução nossa). Não possuía origens nobres e não escondia a admiração pelo seu pai que havia encontrado uma forma de lucrar e ascender socialmente. Gerard Cauvin, começou como escrivão do governo e possuía um excelente desempenho que o fez acumular funções como solicitador de corte eclesiástica, agente fiscal, secretário do bispo e procurador.

Gerard Cauvin acabou conquistando a amizade de uma nobre e muito fluente família da região, a família Hangest. Esse laço foi de suma importância na história do futuro reformador, que após a morte prematura de sua mãe, encontrou nesse novo vínculo uma espécie de substituto para os laços familiares. O pai de Calvino tinha ambições e preocupações sobre a prosperidade de sua família como o próprio reformador escreveu: "Desde que eu era um menino, meu pai me havia destinado à teologia; mais tarde, porém vendo considerando que a ciência das leis comumente enriquece aqueles que a seguem, esta esperança o levou bem logo a mudar de ideia." (CALVINO, 2021, p.13).

Gerard fez fortes investimentos na educação de seu filho Calvino e não poupou esforços para contribuir nesta formação. Inclusive usou de sua influência para conseguir uma posição eclesiástica e lucrativa para ele. Visando lhe garantir uma fonte de recursos de modo que pudesse prosseguir com seus estudos. Aos doze anos, em 19 de maio de 1521, Calvino obtém uma capelania da catedral de Noyon, recebendo taxas anuais de cereais pagos por uma comunidade vizinha, conforme a "benefice", rendimento concedido aos familiares da hierarquia da Igreja. Aos 14 anos Calvino é então enviado a Paris. O distanciamento de sua família fica evidente aqui, apesar de o mesmo não ter acontecido com os filhos de Montmor, pertencente à família Hangest.

Em Paris, Calvino começa seus estudos no colégio La Marche, onde é ensinado por Marthurin Cordier, que em Genebra vai ser uma figura responsável pela organização dos estudos. Depois frequentou o Montaigu por cinco anos, parte da Faculdade de Artes da Universidade de Paris que na época, era dirigido por Noel Berdier e tinha uma péssima reputação. Berdier era totalmente contra qualquer modificação da doutrina de Roma, e sofreu severa condenação de Lutero em 1521.

2.1.2 De Clementia à conversão

Entre 1523 a 1528, João Calvino começa a ter contato com as novas doutrinas que estavam se propagando na Europa, passando a lutar com os conflitantes pontos de inclinação à reforma humanista e à lealdade com seus professores que se esforçaram ao máximo para refutar esses novos ensinamentos. Aberto às ideias de Lutero, mas sem abandonar a fé romana, Calvino por volta de seus 29 anos encerra seus estudos na filosofia e ingressa no curso de Direito. Nesta nova etapa recebeu a orientação de seu pai que foi excomungado em Noyon e não teria mais como apoiar o filho na carreira eclesiástica.

Calvino (2021) compreende que o desejo de seu pai tinha como meta a lucratividade da profissão. Fato confirmado a partir da leitura do prefácio de sua obra "Comentários de Salmos". Apesar de preferir teologia Calvino seguiu a vontade de seu pai e se dedicou ao estudo da lei e das letras em Orleães, onde conheceu o professor Pierre de L'Estoile. Em Bourges teve contato com Andrea Alciati, renomado professor italiano de Direito e também com o alemão Gräzist Wolmar.

Em 1531, Gerard Cauvin morre e Calvino volta para casa. Mesmo em meio ao sofrimento pela perda da figura paterna, Calvino e sua família são forçados a negociar com o clero o enterro de seu pai, que havia sido excomungado anos antes, "experimentou a conduta

inflexível do clero que era incapaz de diferenciar entre o poder mundano e espiritual" (McKIM, Donald, 2004, p.6, tradução nossa). Nessa época Calvino defendia as noções de liberdade da ciência, e diz que a tolerância deveria ser uma "virtude especial dos governantes". Deixando esses pensamentos cada vez mais claros quando publicou sua primeira obra "De Clementia" em 1532, essa obra o fez ganhar autoridade e notoriedade no meio humanista.

Vale ressaltar que em 1522 e 1523, Lefèvre acabava de publicar a sua tradução do Novo Testamento da Bíblia. Surgem ainda outras traduções e há a redistribuição da tradução feita por Lutero. Em agosto o primeiro protestante é queimado vivo na França, um agostiniano, Jean Vallière. Sua morte abre um processo contra Louis de Berquin, cavalheiro humanista que foi o tradutor de Lutero. Uma agitação por parte dos frades menores fica evidenciada após a morte de Louis de Berquin. William Farel, um dos discípulos do Bispo Briçonnet, que não estava conseguindo conter as revoltas dos frades, abraça totalmente e integralmente a Reforma, inspirado por Zuinglio, principal líder da reforma Suíça

De volta a Orleães em 1532, João Calvino publica seu primeiro trabalho, custeado por ele mesmo, um comentário sobre o texto filosófico romano Sêneca "De Clementia". Calvino não está indiferente às "agitações" provocadas pelos religiosos, mas partilhava da mesma opinião dos aristocratas de sua época. Ele não tinha em grande apreço nenhuma dessas tentativas de desestabilizar as instituições sérias da religião e por mais aberto que estivesse às ideias humanistas, sua formação lhe cobrava uma atitude mais conservadora ao que se refere às estruturas sociais e eclesiásticas. Nota-se, as perspectivas conflitantes "compartilha em todos os pontos das ideias do humanismo conservador dos católicos reformistas. A todo tempo transparece o feitio de seu espírito essencialmente aristocrático." (BIÉLER, 2012, p.119).

Calvino muda inteiramente sua visão após converter-se ao protestantismo. Sua teologia deixa de ser pautada exclusivamente na moral e na ética e se volta para o que diz as Escrituras. Com os Humanistas João Calvino aprendeu o método de exegese científica. Isto foi primordial para entender o método pelo qual ele estudava a Bíblia. A profundidade da dedicação aos estudos, é algo que irá diferenciá-lo dos outros reformadores. Calvino não esconde que Deus o fez mudar sua visão hostil quanto a Reforma. Ele próprio escreveu "como fosse eu tão obstinadamente dominado pelas simpatias do Papismo, sendo o difícil ser tirado deste atoleiro tão fundo, graças a súbita conversão, ele (Deus) subjugou meu coração e o dispôs à docilidade" (CALVINO, 2013, p.14).

2.1.3 As medidas contra a revolução social levam Calvino a Genebra pela primeira vez

Em 1533 Nicolas Cop, amigo de Calvino e recém-nomeado reitor da Universidade de Paris, faz um discurso pró-Reforma defendendo a ideia de que a Igreja deveria se voltar para o verdadeiro Evangelho. Seu discurso oficial é pautado em (Mateus 5, 3 - 9) “Bem-aventurados os pobres em espírito porque deles é o Reino dos céus” falando diretamente sobre o espírito de humildade segundo os comentários de Lutero. Cop ansiava por uma reforma dentro da própria instituição. No entanto o parlamento de Paris, visando afirmar a sua autoridade diante do Rei, abre um processo de heresia contra o reitor. No dia 10 de novembro o próprio Rei da França, Carlos V, mandou suprimir qualquer indício do que chamou de seita Luterana em suas cartas. Muitos suspeitos são presos neste dia e, apesar de ter sido acusado de servir como inspiração para o discurso de Cop, Calvino consegue fugir para Angoulême, onde começou a escrever sua obra: *As institutas*.

Mesmo com repressão cada vez mais acirrada na França é possível perceber o contínuo crescimento do número dos protestantes. O Rei Carlos V os declara como anarquistas, em parte por culpa dos anabatistas que eram violentos e perigosos, mas a grande maioria dos reformadores estava bem longe dos excessos cometidos por esse grupo particular. Entretanto essa era a desculpa que o Rei precisava para escrever a carta aos Estados do Império acusando os protestantes franceses de “Inimigos da verdade e da ordem pública”. (HERMINJARD, p.251, 2013).

Após a morte de seu amigo íntimo, Calvino muda a sua postura, sente-se covarde ao se omitir quanto aos acontecimentos e decide se posicionar quanto ao que considerava injusto e contra as perseguições. Calvino faz o seu primeiro ato público, que acaba sendo também um ato político, ele endereça a sua obra respeitosamente ao Rei Francisco I, o prefácio de *as Institutas*. Essa carta enviada em 1536 fazia uma apresentação da fé e dizia que os adeptos dela eram autênticos crentes preocupados em ser fiéis às ordens de Deus. Havia ainda, a preocupação em diferenciá-los dos anarquistas espirituais e revolucionários que eram os anabatistas. Ainda que Calvino acreditasse que os protestantes em certa medida, sempre seriam desordeiros sociais, mas não por uma postura violenta e destrutiva. Na visão do futuro reformador, bastava adotar o estilo de vida guiado pelas Escrituras Sagradas, que já seria motivo o suficiente para a causar desordem. Mas João Calvino ressalta que a verdadeira perturbação havia sido implementada pelos que pregavam o falso evangelho em uma dura crítica a Igreja Católica da época. (CALVINO, 2013).

Em 1536, Calvino decide seguir para Estrasburgo com o compromisso de evitar a guerra entre Francisco I e Carlos V. Decide seguir pelo caminho mais longo, que o faz parar em Genebra, detido pelo encontro com William Farel. Entretanto seus feitos para reconstrução da cidade o fazem ser expulso. A princípio as autoridades pareciam felizes em expulsá-lo com suas ideias lhes pareciam um protestantismo radical, mas em 1541, já casado com a viúva Idelette de Bure, Calvino é convidado a retornar para Genebra. Sua volta marca o início dos esforços para estruturar a cidade. Entretanto sua saúde já estava muito fragilizada e viria a piorar com o trabalho intensivo. Enxaquecas, hemorragia pulmonar, gota e pedras nos rins. Essas doenças causaram sua morte em 27 de maio de 1564 na própria Genebra. Uma de suas últimas vontades foi descansar em uma simples e não identificada sepultura.

2.1.4 A Genebra que Calvino encontrou

Em 1532, William Farel chegou à cidade e encontrou alguns poucos que gostaram do que lhes tinha a dizer, mas sobre os que o seguiram não se enganava e era enfático ao afirmar: “Têm certo sentimento para com o Evangelho, todavia, ainda bem frios, carnaís e do mundo, não pretendendo quase nada, senão comer carne e falar mal dos padres.” (FROMMENT, [1854?], p.3). Vale lembrar que Genebra optou unanimemente por ser protestante em 1536, dois meses antes de Calvino chegar. Mas isso não queria dizer, como bem observado por Farel, que a população estava disposta a viver integralmente a fé cristã, o que vai ocasionar um conflito com a postura radical de William Farel e integral de Calvino. Por um lado, os genebrinos haviam rompido com os hábitos considerados seculares da Igreja Romana pela fé reformada, mas também tinham desfeito laços com a sua organização. Na visão reformadora, haviam lacunas a serem preenchidas nos âmbitos sociais, econômicos e políticos, que teriam uma aceitação significativa já que a cidade tentava se recuperar do seu declínio econômico. William e Calvino parecem empenhados em resolver a situação (NAPHY, 2006, p. 25).

O governo da cidade, influenciado pelas elites de Berna que eram adeptos da Reforma Alemã, queriam impor que a igreja fosse submetida ao governo, inclusive as definições de quem poderia ser membro e de quem poderia comungar. Já os líderes adeptos da Reforma Francesa acreditavam nas diferentes esferas da sociedade, cada uma com seu próprio domínio de tomada de decisão. Para eles o governo tinha que proteger o povo e arrecadar impostos para as necessidades da sociedade como um todo. A Igreja estaria submetida a autoridade do governo somente em algumas áreas definidas, o que não incluía o controle de membresia.

Vale ressaltar que toda atividade pública de Genebra era controlada pelo Conselho Municipal consolidando, além das visões conflitantes da Reforma francesa e alemã. Calvino precisava ter a permissão e a autorização do conselho para realizar qualquer mudança, tendo em vista que este grupo não era favorável à ideia de entregar as decisões do futuro da cidade nas mãos de um estrangeiro. A sua autoridade então, era de caráter pessoal e moral, como pastor, o que queria dizer que Calvino iria precisar mudar a forma como as pessoas pensavam para que adotassem também em suas vidas uma conduta Protestante (NAPHY, 2006, p. 32).

Mesmo após vinte anos que a Reforma tinha sido aceita em Genebra por unanimidade, João Calvino precisou brigar para que a Igreja pudesse ter autonomia em suas tomadas de decisões. Isso incluía, o princípio de que a Igreja deveria ser a principal responsável pelo ensino na sociedade. Eles queriam garantir que todas as crianças da cidade iriam ter acesso a educação de maneira que pudessem aprender a ler e, por si próprias, terem acesso a Bíblia. Dois anos depois houve um impasse ainda mais definitivo. As autoridades solicitaram a Calvino e Farel que dessem a comunhão para todas as pessoas, inclusive, para as que estavam declaradamente “vivendo em pecado”, esta abrangência ia de encontro com o que os reformadores franceses acreditavam. Em 1538 Calvino e Farel pregam sobre pecado e julgamento antes de deixarem a cidade por acreditarem que seu ministério havia chegado ao fim.

Quando a invasão francesa estava às portas de Genebra, as autoridades foram até Estraburgo pedir a Calvino que voltasse para a cidade, segundo Bloomer “a invasão significava uma volta do catolicismo” (BLOOMER, 2008, p.4). Eles reconheceram que Calvino poderia levar o povo a seguir sua visão e desse modo resistir aos invasores ao mesmo tempo que poderiam reconstruir a cidade. Foi assim, que o reformador voltou definitivamente para Genebra.

2.2 A visão Calvinista sobre riqueza, domínio e poder econômico

O ponto fundamental para compreender a visão de Calvino acerca do poder econômico é entender até onde se estende a soberania do Deus cristão. A cosmovisão protestante é cristocêntrica, portanto, não existe uma separação da esfera religiosa e secular, o radicalismo proposto por Lutero e abraçado por Calvino desafiava que a Bíblia fosse vivida em sua integralidade e qualquer vírgula diferente caracterizava-se em uma falsa doutrina. A esfera moral, social e política devia ser seguida à luz das Escrituras sagradas e não havia um assunto que não estivesse debaixo da autoridade desse Deus: “No princípio era o Verbo, e o

Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez.” (João 1:1-3). Diferentemente do que a Igreja Medieval pregava, a doutrina da Reforma tinha uma visão de que os bens materiais estavam ligados diretamente a fé cristã e a vida espiritual.

Calvino não enxerga mais o avanço social e a mudança de status da mesma maneira que seu pai o ensinara. Conforme escreveu acerca da Providência de Deus, os bens materiais devem ser vistos como instrumentos. Diferente do que a Igreja Medieval pregava, o reformador aponta para o dinheiro como o meio pelo qual Deus sustenta o homem e ao seu próximo, no entanto o que deve de fato deve ser temido é a “cobiça má” fruto do pecado e não a riqueza em si:

Ó Deus Todo Poderoso, já que te dignas descer até esse ponto, de dar-te cuidado e solicitude para cercar-nos de todas as coisas que são necessárias e convenientes para viver-se esta presente vida, faz que aprendamos a de tal modo descansar em ti, e assegurar-nos de tua bênção, que não somente sejamos entregues à rapina, nem a qualquer outro malefício, mas também que sejamos afastados da cobiça má... (CALVINO, 2013, p.137).

2.2.2 A visão Calvinista sobre o dinheiro e o papel da Igreja Redimida

Para o reformador, não reconhecer o dinheiro como uma dádiva de Deus é um pecado, pois é um sinal da Graça. Através do dinheiro e dos bens materiais, Deus sustenta e cuida do seu povo e aponta para o que é chamado de “reino vindouro” para a realidade de abundância que seria vivida no céu, na vida após a morte, assim como as riquezas a Israel na terra prometida. No entanto, Calvino admitia o quanto o dinheiro tinha capacidade de mexer com a ganância, o homem que é tentado pelo amor à riqueza, por isso a importância de manter o espírito humilde.

A repartição desigual de bens entre as pessoas, segundo Calvino, tinha a função de promover a constante redistribuição de bens dos mais ricos para os mais pobres. A responsabilidade recai sobre quem tem mais, pois é da vontade de Deus que o rico tenha para que possa ajudar o seu próximo e não para finalidades egoístas. Portanto, o amor ao dinheiro e aos bens, só pode ser constituído com o nome de “pecado” porque o impede de fazer a vontade de Deus e o desagrada. Em seu sermão, sobre a riqueza, pobreza e o pecado do roubo, Calvino deixa clara a sua visão acerca do problema da cobiça e do contentamento conforme dissecado por Devries:

Os pobres, por razões óbvias, gostariam de ter a miséria de sua pobreza aliviada por meio de maior riqueza. São aqueles que já são relativamente ricos e têm mais necessidade de aprender o contentamento. E quanto aos ricos sua crítica é direta e

provocativa: A maioria dos ricos nem mesmo ficaria satisfeita se Deus tivesse dado eles toda a terra para possuí-lo. (DEVRIES, 2006, p.115, tradução nossa).

Na visão reformada, a riqueza não é indispensável ao homem, não é algo necessário para que ele viva e também não é mérito dele caso o tenha, muito menos mérito da sua obediência como no ascetismo da Igreja Medieval. Da mesma forma, essa teologia abomina o pensamento de que a pobreza é uma punição de Deus e a trata como “tendência supersticiosa.” (CALVINO; CUNITZ; BAUM, 2012, p. 551). No entanto, admite-se que Deus pode usar de momentos de escassez para que um enriquecimento espiritual aconteça, conforme ensinado por Jesus Cristo no Sermão do Monte, a privação de bens materiais, pode levar ao homem a descansar apenas nas promessas divinas.

A doutrina da reforma não deseja impedir que a mobilidade social aconteça, muito pelo contrário. Apesar do contentamento em Deus, independente das circunstâncias, para Calvino o pobre é usado como mensageiro de Deus no mundo, pois por meio dele Deus testa a fé e prova os ricos. No entanto, não é dever dos ricos mantê-los naquela condição, muito menos é esta a vontade de Deus para os menos favorecidos, contrariando a Igreja Medieval, é necessário que haja a justa distribuição de bens através da circulação:

Louvam as histórias profanas dá a Crates de Tebas pelo fato de haver ele atirado ao mar seu dinheiro e tudo o que possuía de precioso, uma vez que pensava que não poderia salvar-se, a menos que pusessem as suas riquezas. Como se mais não tivesse válido que distribuísse aos pobres o que pensava ser-lhe supérfluo! Por certo que, sendo o amor o vínculo da perfeição, aquele que a si priva, e aos outros também, do uso de qualquer quantia, nenhum valor merece. E essa a razão por que Cristo não louva simplesmente vender, mas exercer a liberalidade aos pobres socorrendo. (CALVINO; CUNITZ; BAUM, 2012, p. 554).

Nesse trecho, supracitado do sermão de Calvino sobre o ministério do rico, o reformador após explicitar que o rico e o pobre não podem ter amor ao dinheiro, chama a responsabilidade do cuidado ao próximo para o rico. A questão apontada, não é se desfazer da riqueza, mas distribuí-la, a ausência de socorro, é caracterizado por Calvino como passível de punição, que seria a ausência de ter quaisquer bens materiais por não cumprir o ministério. Portanto, é fundamental que exista um sistema econômico eficiente e justo que garanta o gerenciamento da economia de modo em que existam as oportunidades para que todos tenham suas necessidades supridas. Tanto o rico como aquele que gerenciam o sistema, precisam estar cientes de seus devidos lugares na sociedade e não fujam de suas funções, mas a desempenhem da melhor maneira possível. “O ministério de restauração econômica faz parte

da missão da igreja e deriva da redenção proporcionada por Jesus Cristo, redimindo assim, as relações sociais.” (CALVINO; CUNITZ; BAUM, 2012, p. 408).

Logo, o problema não está na riqueza, mas sim na cobiça e na falta de amor ao próximo. O que deve ser temido na visão de Calvino é a entrega do coração dos homens aos bens materiais e não repudiar os próprios bens como se a ausência deles os isentasse do pecado.

A responsabilidade passa a ser de cada crente. E com base em Atos 6, a igreja reformada dispõe do ministério do diaconato em duas categorias defendidas por Calvino em as Institutas. A primeira, responsável pela coleta e distribuição de ofertas e bens pelos membros da igreja e a segunda, cuida mais diretamente dos enfermos, idosos e atende as necessidades conforme surgem as carências. Genebra, após aderir á reforma, instalou uma Instituição Hospitalar Geral que garantia o atendimento às camadas mais pobres da sociedade e também oferecia seguro invalidez e uma espécie de “aposentadoria” indicando que uma nova perspectiva sobre questões de qualidade de vida estavam se formando. Entretanto, coube a Calvino a função de aperfeiçoá-los e ensiná-los a respeito da cobiça e o legado da omissão da igreja. O reformador tinha como uma de suas principais pautas, o auxílio do Estado para as pessoas carentes, a fim de suprir-lhes a contrário do que ensinava a Igreja Medieval, a vida cristã não estava desvinculada de questões econômicas e sociais, mas obviamente, não existia intenção do reformador em transformar o trabalho e o dinheiro em divindades, na realidade a justificativa de Calvino era que quando colocados debaixo da autoridade de Deus, a solidariedade econômica entre os homens e o Estado apareceriam como frutos.

2.2.3 A visão Calvinista sobre a Propriedade e o papel do Estado

Apesar das ideias Calvinistas abordadas sugerirem uma vida econômica compartilhada de voluntária redistribuição, o teólogo acreditava no equilíbrio entre a solidariedade e a proteção dos direitos e bens individuais, atribuindo essa função de proteção ao Estado: “Regulem eles a vida dos povos mediante ótimas leis e procurem o bem e a tranquilidade dos cidadãos, tanto no domínio público quanto no particular”. Para que não haja uma corrupção dos laços na sociedade e para que não haja violência, fraudes e injustiças, visto que os seres humanos, na visão reformada, são completamente passíveis de praticarem esses pecados, cabe ao Estado ter poder para “punir os maus”. (CALVINO, 2013, p.35-38).

O Estado, então, possui um papel fiscalizador e regulador das relações econômicas e comerciais que fariam parte de sua missão divina de preservar a ordem política e moral. Na

visão de Calvino, como o homem necessita viver em sociedade, também é indispensável a existência regulatória e punitiva do governo, o reformador toma como base o livro de segunda coríntios para defender o seu ponto de vista. Nesse ponto, temos em evidenciada que a riqueza foi dada ao homem por Deus para que fosse distribuída por ele, e cada um tivesse a sua parte, no entanto o abuso de poder e a ganância podem atentar contra a ordem na sociedade e por isso é necessário um poder que protege a propriedade privada.

Calvin faz extenso uso do conceito de equidade em sua exposição dos mandamentos [...], da natureza e vocação do Estado, do valor para Israel lei judicial para as sociedades civis subsequentes e do dever cristão de ajudar os pobres e os oprimidos. (HAAS, 2006, p. 101-102 tradução nossa).

Calvino não via como problemático refutar os anabatistas que defendiam a abolição da propriedade privada. Pelo contrário, dizia que estavam fazendo “um grande estardalhaço” para algo que ele já havia explicado. Para o reformador, Lucas, o apóstolo, não estava dando uma ordem que todos os salvos deveriam seguir necessariamente referente a partilha. E ainda completou com o que chamou de “doutrina dos libertinos” que usavam como desculpa a ausência de propriedade para se apropriar de bens de outros, ignorando o fato de que tais desejos provinham do pecado da cobiça e do roubo. No entanto, era importante deixar claro que a propriedade privada não deveria ser impedida de ser colocada a serviço da comunidade, assim como o uso coletivo desta não isenta da responsabilidade o proprietário.

Além da regulação e fiscalização, e da garantia da proteção jurídica da propriedade privada através das leis. O Estado também deve interferir economicamente em situações de crise conforme descrito na Bíblia acerca da história de José, no período da grande seca.

José aconselha ao rei a ter cuidado a que haja provisão de trigo no país. Junte-se que o povo também se afez a sociedade, entendendo que o rei não armazenava em vão tão grande quantidade (CALVINO, 2022, p.41-46).

Cabe ao Estado, portanto, prover para o futuro, principalmente quando os indivíduos estão pensando somente em seu próprio proveito devido à incerteza do amanhã.

O Estado precisando exercer as suas funções, que são legítimas de acordo com as Escrituras Sagradas, Calvino vai dizer que o justo é que se cobrem impostos para que o governo também tenha seus próprios bens materiais, logo os tributos são válidos uma vez que exercem suas funções na sociedade, mas também, os governantes não estão isentos do pecado da cobiça, fraude e do roubo, por isso devem ser diligentes e não abusar do poder que Deus lhes conferiu. Calvino aponta para ideia de que os impostos são o “sangue do povo” e que devem ser usados para benefício do próprio (CALVINO, 2013). Faz parte do estudo dos

economistas o detalhamento da investigação da incidência do imposto sobre o povo, recaindo sobre eles a compreensão profunda das injustiças econômicas que podem advir disto.

2.2.4 A visão Calvinista sobre Trabalho

No sermão intitulado "A providência de Deus", Calvino vai dizer que a ação providencial, não suprime e sim fundamenta a ação livre do homem. Porém deixa claro que o trabalho fora de Deus é "agitação inútil", para que o trabalho seja legitimado, precisa ser aprovado pelo próprio Senhor. O que significa que o trabalho deve ser executado da melhor maneira possível, pois o trabalhador não busca a aprovação do seu patrão mundano e sim do próprio Deus, que é o patrão real de cada crente.

O descanso no sábado, também é abordado pelo reformador que defende que o dia do descanso também é direito do trabalhador, mas que não significa ausência de trabalho humano, mas sim espaço para contemplação da glória de Deus:

O Senhor não simplesmente ordenou aos homens descansarem no sétimo dia, como se tivesse ele prazer no ócio, mas em que, livres de todos os outros misteres, apliquemos mais francamente nosso espírito a reconhecer o Criador do mundo. (CALVINO, 2022 p.46-50).

Calvino chama atenção que se Cristo está à parte do dia do repouso, então também significa a corrupção do trabalho e do descanso.

Na visão de Calvino, o trabalho é a vocação que Deus deu ao homem, é uma participação na obra do Senhor. E apesar do homem não viver exclusivamente do seu trabalho e sim da providência, a dignidade do trabalho está em ser instrumento de Deus. Antes da "queda" - a visão protestante para a entrada do pecado no mundo - o trabalho "era alegre e desprovido de toda a fadiga que o marca hoje" (CALVINO, 2022, p.50). Pós evento da queda, o reformador vai dizer que Deus outorgou a terra ao homem com a condição de que trabalhasse nela, a cultivasse. Designando o homem para e por seu trabalho, tendo que sujeitar a terra a si próprio. E o homem que se abstém do trabalho podendo fazê-lo está em rebeldia contra Deus.

O fruto do trabalho do homem é o seu salário, no sermão sobre o trabalho e o salário Calvino vai dizer que é "graça imerecida de Deus". Todavia, apesar de não dever nada ao homem, Deus dá a ele abundantemente por pura bondade. Então, toda remuneração deve ser vista como graça e demonstração do amor divino. No entanto significa, que não pagar um salário justo é ir contra a vontade do Criador.

Não pode o homem dispor seu talante do salário do próximo, porque não lhe pertence: em dando ao trabalhador que dele depende o que lhe deve, não faz o patrão senão encaminhar ao próximo o que Deus mesmo lhe outorga para viver. (CALVINO; CUNITZ; BAUM, 2012, p. 345).

Em seu sermão pautado em Tiago 5:4 “Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras, e que por vós foi diminuído, clama; e os clamores dos que ceifaram entraram nos ouvidos do Senhor dos exércitos” (CALVINO, 2013) O salário justo pode não ser necessariamente o mínimo legal, que está sendo pago pelo mercado, e quanto a isso, Calvino adverte que nenhuma lei moral ou social pode isentar da responsabilidade dos patrões de pagar o que realmente é justo ao trabalhador. Caso o salário da lei seja injusto, e o patrão não o aumente por sua própria vontade, deverá prestar contas a Deus e é culpado diante Dele.

Levantando a questão da determinação do salário justo, abordada por Calvino, trata-se de suprir as necessidades para uma vida digna na realidade do século XVI, que incluía acesso a trabalho, para que se tivesse um salário, alimentos, educação – aprender a ler e a escrever – e acesso ao hospital. Em Genebra, a questão dos salários após a abolição dos monastérios ficou sobre a responsabilidade das autoridades protestantes.

Para os salários dos professores a cidade usava prebendas canônicas (a renda usada para sustentar os padres ou cônegos de uma catedral ou igreja). As autoridades da cidade assumiram a distribuição de ajuda aos pobres e pediram que contribuições fossem entregues a eles. Uma mesada semanal deveria ser entregue a cada casa necessitada. (OLSON, 2006, p. 156, tradução nossa)

No Brasil, no século XXI o conceito de salário justo é o mínimo legal:

Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em qualquer região do País, as suas necessidades vitais básicas, bem como as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, conforme dispõe o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal. (BRASIL, 1991).

Na visão reformada sobre o salário justo, seria necessário que o mínimo legal fosse capaz de suprir as necessidades vitais básicas. E quando o salário do mercado não leva em consideração o que dignifica a vida humana em seu espaço e tempo, é o que seria chamado de salário injusto, passível de punição do Estado caso fira a lei ou divina, caso a lei proponha um salário legal que não respeite essa mesma concepção de vida digna, já que o homem não se tornaria isento de sua responsabilidade individual com a sociedade.

2.2.5 Sobre as trocas e o Comércio

Uma vez estabelecida a visão calvinista acerca do trabalho e de como essa atividade humana está a serviço da sociedade como um todo, Calvino elabora a ideia da interdependência, um dos pilares pelos quais se fundamenta a vida social. A necessidade da cooperação dos homens para atender às suas necessidades primárias expressa a harmonia da sociedade, ordem natural estabelecida por Deus.

Calvino cita, como exemplo, o comércio mercantil de Tiro trazido pelo profeta Isaías. Alegando que suas atividades comerciais só têm a finalidade da luxúria e do enriquecimento, mas uma vez convertida a fé no Deus cristão, o comércio se tornaria o meio pelo qual as necessidades de todos são atendidas. Uma vez distante do propósito divino, todo o sistema é corrompido e dá lugar ao roubo, as fraudes e todo o egoísmo humano. (CALVINO 2021, p.5282). As trocas, portanto, precisariam de uma ordem jurídica e de fiscalização, da mesma forma os contratos precisam ser usados como instrumentos de confiança. Cabe ao Estado legitimá-los e regular para que o comércio ocorra da maneira mais justa possível. Calvino chama atenção para o pecado da desonestidade, que é uma violação à ordem de trocas.

Assim como fala contra as desordens provocadas pela desonestidade e quando o comércio deixa de servir o seu propósito coletivo, João Calvino também diz que o monopólio e a especulação também são maneiras de desordenar a ordem social. Chama os que oprimem os pequenos trabalhadores e os pobres de ladrões e assaltantes, uma vez que tenham acesso a uma grande quantidade de mercadorias (grãos e trigo) e a deixa estocada para que o seu valor aumente. Cabe aos mercadores, zelar com honestidade em suas funções para que a cobiça ou a avareza não os façam pecar contra a ordem social e se tornem culpados da ruína da ruína social. (CALVINO; CUNITZ; BAUM, 2012, p. 237-238).

2.2.6 Sobre Empréstimos e Juros

No período medieval, o empréstimo de dinheiro a juros era considerado usura cometida, a Igreja Católica via o empréstimo a juros a um pobre como algo repreensível e não cristã. (OLSON, 2006, p. 168, tradução nossa). Na visão reformada, os juros se tornariam aceitável desde que respeitasse um teto máximo e fosse verificado pelo Estado de acordo com os padrões da sociedade o considerado “justo” e não “abusivo” – que não poderia ser pago pelo tomador do empréstimo segundo as suas condições. (SAUER, 2003, p. 18, tradução

nossa.) Embora Calvino não tenha introduzido o empréstimo de dinheiro a juros em Genebra, já tinha sido introduzido quando ele chegou, a sua contribuição está na diferenciação dos tipos de empréstimos. Na sua visão quando o empréstimo não tem nenhum benefício para o credor, isto é, a ausência dos juros, é na realidade a expressão do fiel que entendeu que o dinheiro não lhe pertence e é uma dádiva de Deus. No entanto, Calvino é o primeiro teólogo a revogar o veto da Igreja Cristã sobre a circulação do dinheiro, razão pela qual vão acusá-lo de ser um dos fundadores do moderno capitalismo.

Todavia, tais atitudes não são controversas. Calvino faz distinção entre o empréstimo de consumo e o de produção. Sendo o primeiro, não merecedor de nenhuma remuneração de quem empresta, pois trata-se de uma assistência, uma causa “*improdutiva*” e vai ser sobre esse empréstimo que a Bíblia condenaria o pagamento de juros. Enquanto o segundo, que poderia ser chamado como empréstimo de aplicação, vai alcançar novo ganho, acrescentando-lhe ao trabalho, por isso seria legítima a sua remuneração.

Ao recorrer às escrituras, Calvino diz que a busca desenfreada por lucro é condenada por ela, mas não condena o empréstimo a juros. O problema, mais uma vez, está na tendência do homem a se deixar levar pela cobiça. Diferente da Usura que a Bíblia realmente condena conforme abordado no Antigo Testamento em Deuteronômio 23:19-20. A cobrança de qualquer quantia sobre um empréstimo improdutivo é caracterizada como abuso e desejo desenfreado por dinheiro a ponto de prejudicar o próximo e lucrar em cima de sua necessidade.

2.2.7 Credores e Devedores

Para finalizar este capítulo, se faz necessário uma breve discussão sobre esses conceitos de credores e devedores. Na visão Calvinista, todo homem é um devedor perdoado por meio de Jesus Cristo e, portanto, deve ser adepto a perdoar de igual forma. Conforme a parábola do credor incompassivo em Mateus 18. No entanto, isso não isenta o credor de sua responsabilidade de pagar as suas dívidas adquiridas uma vez que tenha condições de fazê-lo. Na doutrina reformada, o trabalho está acima do capital. O que quer dizer que é direito de todo homem conservar os seus instrumentos de trabalho e o seu direito de trabalhar. Ainda que os direitos de um financista sejam legítimos, ele não tem direito a desempregar um indivíduo para fazer valer esse direito. Pois o trabalho é inseparável da vida.

De igual forma, os direitos da pessoa estão acima dos direitos do dinheiro. Isto quer dizer que o dinheiro possui limitações, não podendo intentar contra a integridade física,

moral, espiritual e mental de uma pessoa e de sua família. Calvino diz que sem essa limitação o pobre estaria indefeso e a mercê da cupidez humana, passível de ter seus bens extraídos. “Que o credor não vá devassar a casa nem catar os utensílios para escolher penhores a seu talento ou a seu critério.” (Calvino, 2021, p. 2244). Segundo o teólogo, os ricos avarentos levariam tudo de valor, sem jamais se contentar, sem nenhuma moderação sobre o pouco que os pobres têm e ainda os humilharia quando precisassem recorrer a eles em busca de recursos.

3 CALVINISMO X CAPITALISMO: A COSMOVISÃO WEBERIANA

Esse capítulo tem como objetivo analisar os escritos do próprio autor, limitando-se a obra “Ética Protestante e o Espírito do capitalismo” de Max Weber, sem compromisso em apresentar os conceitos com a mesma linearidade que a edição de 2004 com o objetivo de construir uma comparação mais explícita com o capítulo anterior. O material de apoio foi composto por artigos traduzidos e trechos de livros disponíveis com as devidas referências.

3.1 O Mito do sucesso Capitalista Europeu

No século XIX, alguns filósofos começaram a analisar o processo de formação das civilizações e tentar determinar a origem da indústria capitalista. Para Karl Marx, fatos econômicos só podem ter causas econômicas, mas as relações econômicas defluiriam para as relações sociais. Marx, tem em seu primeiro livro uma discussão sobre o processo de produção voltado para a mercadoria, discutindo a formação do valor, dinheiro, troca e forças de produtividade. (KARL, 2017, p. 76-92). O autor questiona o valor do capital e das mercadorias poder ser explicado de maneira racional e discorre sobre o que acreditava ser a decadência do sistema capitalista, defendendo, de acordo com a sua cosmovisão, que o socialismo seria o próximo modelo a ser estabelecido, especialmente em países desenvolvidos.

Já Werner Sombart (2015), vai dizer que os judeus têm uma influência sobre a evolução econômica em razão da sua formação intelectual e religiosa, e que conforme os puritanos capitalistas mais se aproximavam da religião judaica, mas a contribuição para o nascimento do "espírito capitalista" acontecia. Segundo Sombart (2015) em “Os Judeus e a vida econômica” cria uma narrativa para defender a ideia de que cultura da religião judaica, daria origem ao capitalismo e a racionalidade contábil ao homem, isto é, a capacidade de medir o lucro e entender de onde vem e como afeta uma sociedade.

E na mesma época, Max Weber traçava uma relação entre o puritanismo e a nova organização fundamentada no capital, definindo uma noção de “sucesso capitalista europeu” e atribuindo esse sucesso a noção Calvinista de vocação e trabalho.

No campo da história econômica, é discutida a influência do Calvinismo no capitalismo e na implementação de um sistema econômico moderno que teria se desenvolvido no ocidente e caracterizado a forma como a organização cívica das sociedades se aprimorou.

De um lado, a tese de que Calvino teria preparado o caminho para o capitalismo e de outro, negando-se completamente qualquer influência moral no campo econômico. Temos um ponto perigoso que determinaria uma linearidade de causa e efeito, como se o desenvolvimento da Europa ocidental criasse seu próprio capitalismo, e uma vez assumindo a hegemonia mundial a construção histórica seriam as causas do seu “sucesso”, transformando-os em uma espécie de guia rumo ao desenvolvimento.

Na Europa ocidental, surgiram economias mercantis complexas que acabaram se tornando hegemônicas, mas não se pode cair na falácia de que os fenômenos ocorridos são indispensáveis para a construção de economias mercantis complexas. O desenvolvimento da divisão do trabalho e da produção manufatureira é visto em outras regiões do mundo antes mesmo da Europa, logo não pode ser associado a criação do capitalismo ao mito da burguesia com liberdade para expandir seus negócios e sem a intervenção do Estado. A história econômica mundial, mostra economias mercantis complexas surgindo em diversas partes do mundo, como na China e outros países da Ásia especialização em manufatura e propagação do comércio, sem haver um colapso do sistema feudal e sem uma “Ética Protestante”, mas que poderia facilmente ser associado ao conceito vago e abrangente de “capitalismo”.

Tratando Genebra como caso particular, é possível analisar o “modelo” adotado por Calvino para que a cidade se beneficiasse no contexto em que a economia mundial estava inserida. E verificar, nesse ponto de vista, como funcionou o Calvinismo como influenciador de desenvolvimento. Assumindo a perspectiva de que o caso de Genebra é particular e associado a Reforma, poderia ser dito que foi importando para a ruptura com o pensamento medieval acerca do comércio e do lucro. Não negando que existiram outras formas de fazê-lo, mas abordando a perspectiva de reconstrução da nação genebrina. Todavia, ao estudar os pensamentos do reformador protestante acerca de responsabilidade, igualdade e riqueza, parece pouco provável que sua intenção fosse culminar no que se conhece por “capitalismo”, seja no conceito de Weber ou na aplicação de hoje desse sistema gerencial.

3.2 Max Weber e o conceito de trabalho

Max Weber foi um intelectual economista alemão, nascido em 21 de abril 1864, conhecido por ser um dos principais teóricos da Sociologia, ao lado de Émile Durkheim e Karl Marx. Vivenciou a Primeira Guerra Mundial e foi conselheiro da delegação alemã nas conferências que antecederam o Tratado de Versalhes. Seu método para estudar e

compreender a “sociologia” era baseado na ação social e dedicou-se, em encontrar uma origem para o sistema conhecido como capitalismo.

Weber foi criado dentro do protestantismo alemão, sob a rigidez de conduta que acreditavam seus pais ser o melhor caminho. Foi casado com Marianne Schnitger Weber, escritora feminista, que após o falecimento do marido devido a pneumonia, foi curadora de suas obras e publicou mais dois de seus livros. Weber não tinha um bom relacionamento com seu pai, chegando-o a expulsá-lo de sua casa quando este foi visitá-lo acompanhado de sua mãe após seu casamento com Marianne.

O economista alemão odiava a ideia de depender financeiramente de seu pai, o que o fez esforçar-se muito para obter sucesso financeiro, chegando até mesmo a adiar o seu casamento, até que tivesse um bom emprego. O fato de ter demorado a obter sucesso em sua carreira acadêmica deixou-o frustrado. Weber era fascinado pelo que compreendia ser a visão protestante sobre o trabalho, para ele, o trabalho dignifica o homem, e ele só é digno se puder exercê-lo. (WEBER, 2004, p. 57)

Em 1903, tentou pedir demissão da Universidade em que lecionava, mas não deixaram que Weber saísse por desempenhar muito bem a sua função. A administração pública então, consegue convencê-lo a entrar em um acordo, ele receberia uma aposentadoria e seria professor honorário da Universidade de Heidelberg com uma carga horária reduzida. Retornando ao trabalho como professor, uma vez que o trabalho político já havia sido deixado há algum tempo, conseguiu se recuperar de seu colapso e escreveu uma das suas mais famosas obras “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”.

Em vida, Weber publicou mais dois livros: “Economia e sociedade” de 1910 e “A ciência como vocação” em 1917. Sua esposa, Marianne foi responsável pela publicação póstuma de um segundo volume de “Economia e sociedade” em 1921, “A metodologia das ciências sociais” em 1922 e “História econômica geral” em 1923.

3.3 Uma breve discussão sobre o capitalismo de Max Weber e a sua origem nos puritanos

Ao estudar as estatísticas profissionais dos países onde as religiões são mescladas, Max Weber constatou que os protestantes, são os mais numerosos entre os capitalistas (proprietários do capital) e os empresários (que precisavam do capital), e também entre a mão de obra qualificada industrial. (WEBER, 2004, p.35). Devido a proporção numérica de puritanos estar crescendo junto ao “surto capitalista” para Weber, isso significava uma relação direta.

O autor inicia sua análise, apresentando uma contraprova: Se os reformadores ocupam posição social mais alta que os outros, bem poderia ser que não o seja por causa de sua religião, mas pelo fato de procederem de famílias e grupos mais ricos do que outros. (WEBER, 2004, p.255). Weber, então, apresenta que na Alemanha no século XVI, os católicos modernos apesar de ricos, não são empenhados em entrar no ramo comercial, sendo o número mais uma vez superado pelos protestantes. Assim como, o número de obreiros protestantes no artesanato no comércio com o "espírito de iniciativa empresarial".

Em Bade em 1985, tinha 37% de protestantes, 61% de católicos e 1,5 % de judeus. As proporções sobre as faculdades superiores seguem abaixo:

Faculdades superiores	Protestantes	Católicos	Judeus
Ginásio clássico	43,00%	46,00%	9,50%
Ginásio comerciais e técnico (Real)	59,00%	31,00%	9,00%
Escolas comerciais e técnico e superiores (Oberrealschulen)	52,00%	41,00%	7,00%
Escolas comerciais e técnico e superiores (Realschulen)	49,00%	40,00%	11,00%
Escolas superiores artesanais Höhre Bürgerschule	51,00%	37,00%	12,00%
Média	48,00%	42,00%	10,00%

Tabela montado com os dados de Max Weber, tradução nossa. p.256-257

Prosseguindo com seus argumentos, Weber aponta a questão da minoria excluída das funções no Estado parecem se voltar naturalmente para o comércio e para a Indústria. Enquanto o mesmo não acontece com os católicos modernos também afastados dos serviços oficiais. Weber apresenta os números em proporção, da Alemanha, Rússia, Prússia Oriental, França e da Inglaterra.

Usando a citação de Benjamin Franklin, Weber (2004), diz que “o protestantismo é o gerador de certo espírito próprio para o desenvolvimento do capitalismo” em sua visão, muito bem elaborado pela perspectiva de Franklin de “tempo é dinheiro”:

Lembra-te que o tempo é dinheiro; aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não dependa mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso. Lembra-te que o dinheiro é procriador por natureza e fértil. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante. Cinco xelins investidos são seis, reinvestidos são sete xelins e três pence, e assim por diante, até se tornarem cem libras esterlinas. Quanto mais dinheiro houver, mais produzirá ao ser investido, de sorte que os lucros crescem cada vez mais rápido. (WEBER, 2004, p.55-56).

Weber vai afirmar que o crédito é dinheiro, e ao emprestar os juros diante de tudo que se possa empreender é lícito. O dinheiro é prolífero e produtivo, isto é, quanto mais dinheiro se tem mais se produz. E o bom pagador tem sempre uma nova forma de conseguir empréstimo de todo dinheiro que não está em uso. (FRANKLIN, 1748, *apud* DIVITIOR, 2019). Assim como, adverte, a não reter o dinheiro do empréstimo há mais tempo do que o necessário quando se tem que pagar. Há uma preocupação, com a atenção ao que faz o indivíduo possuir mais crédito, que seria o mesmo que possuir mais dinheiro produtivo.

Ao analisarmos o trecho extraído de “Conselho a um jovem negociante”, Weber expressa a ideia da busca constante pelos juros e o crescimento dos bens como um dever. Todas as camadas da vida de um indivíduo, sejam a honra, sentimentos ou pontualidade, devem ser baseados na cosmovisão do lucro. Deixando de lado até mesmo, os prazeres e a felicidade que o dinheiro pode proporcionar. Para o autor, o efeito disso, é o crescimento no regime econômico vigente, sendo o resultado da capacidade profissional da sociedade que está na base da ética do capitalismo de Franklin. (WEBER, 2004, n.p).

Neste ponto, Weber defende que a moral é condicionada pelo sistema econômico, pois ele é quem cria a estrutura de uma sociedade, por conta disso, o espírito capitalista teria criado a estrutura desse sistema gerencial. E segundo Weber, é essa a principal diferença entre o surto industrial europeu no ocidente, em relação ao que aconteceu na China, por exemplo, ou na própria Roma antiga: Não por prazer, mas por motivo de consciência. (WEBER, 2004, p.67).

Todavia, a própria ideia do Espírito capitalista precisa partir do pressuposto que os indivíduos que trabalham o enxerguem da mesma forma e busquem a mesma coisa: Maior

ganho possível. O homem tradicional não buscava nada além do suficiente para atender às suas necessidades com o menor tempo de trabalho e isso seria o conceito “pré-capitalista”. Logo, para que o aumento de produtividade dos trabalhadores ocorresse se fazia necessário uma mudança de mentalidade. E isso resultou em uma correlação entre os salários mais baixos e o crescimento dos lucros, como se a taxa de remuneração mais baixa fosse o melhor estimulando para a produtividade. Weber levianamente acrescenta, que de acordo com Calvino “o povo não trabalha a menos que seja pobre, e por tanto tempo que assim permaneça.” (WEBER, 2004, p 73.) O autor afirma que o “espírito capitalista” advém do amor para com o trabalho e do senso de realização sentido através dele.

3.3.2 A vocação cristã e o conceito de trabalho capitalista

Como já demonstrado nas transcrições de Weber, a sua associação a Calvino e ao Espírito capitalista está pautado na reformulação do conceito de trabalho que visa o lucro. Antes da reforma, o termo “vocação” só era associado a questões da igreja, segundo o autor, os protestantes “emprestaram” o significado dessa palavra para as atividades profissionais. Para Weber, Lutero era muito preso à tradição eclesiástica, ele se opunha ao desenvolvimento do comércio e à cobrança de juros nos empréstimos. Enquanto em Calvino, mais particularmente no puritanismo a que ele deu origem, estenderam a vocação humana a todas as atividades lucrativas.

No entanto, é certo se afirmar que a preocupação maior dos reformadores influenciados por Lutero, como Menno, George Fox e Wesley era a disseminação da fé religiosa deles. As causas morais e sociais seriam apenas consequências das atividades religiosas levadas a sério.

3.3.3 A visão Weberiana da divisão do trabalho e do dinamismo do empreendedorismo no puritanismo

Sobre a divisão do trabalho, o puritanismo traz uma visão nova, pois Tomás de Aquino vê esse conceito como plano de Deus, assim como a interdependência dos homens como causa natural. Já em Lutero, essa solidariedade só é possível por se tratar da vontade divina, assim como cada um ter o seu lugar na sociedade e servir com a sua profissão e por isso não se deve tentar mudar a sua condição. Os puritanos segundo Richard Baxter, evocam uma perspectiva Smithina, defendendo a especialização profissional, favorecendo a dedicação

específica de cada trabalhador a fim de aprimorar a qualidade e a quantidade da produção, colocando que o bem comum na verdade se confunde com o interesse particular. (WEBER, 2004)

Weber analisa as frases de Baxter que alega que o puritanismo perde a versão estática de Lutero, pois o homem, agora, é livre para mudar de profissão e exercer várias delas. O dinamismo é permitido desde que seja proveitoso em particular e no coletivo, em busca da vantagem maior: “Não é vista dos prazeres da carne, ou do pecado que podeis trabalhar, para vos enriquecerdes, mas para Deus.” (WEBER, 2004, p 345).

3.3.4 A alta produtividade e poupança

Por fim, Max Weber vai relacionar como a concepção puritana da vocação de modo direto teria influenciado o capitalismo. (WEBER, 2004). O homem não é senhor de seus bens e sim é o gerente deles e seguindo a parábola do mordomo fiel deve dar conta do que lhe foi confiado, e quanto maior a riqueza, maior é a responsabilidade diante de Deus. No desenvolvimento do capitalismo, a moral do trabalho e do ativismo prático estimula a produção e o enriquecimento, porém oposto as noções de prazeres inúteis, freando assim o consumo da riqueza e estimulando o acúmulo do capital.

3.4 A doutrina Calvinista deturpada pelo utilitarismo

Na realidade, o que Weber propõe é a substituição da volta ao evangelho, proposta por Lutero com a Reforma Protestante e aderida por Calvino. Nos reformadores, a questão central de cada ação humana é a vontade de agradar a Deus, em Max Weber, isso é substituído pelo princípio da utilidade. O puritanismo teria criado para si mesmo uma ética profissional burguesa que busca reconfortar o seu egoísmo e a desigualdade provocada pelo próprio sistema capitalista como a vontade de Deus, ignorando as ideias principais de Calvino sobre responsabilidade, igualdade e justiça. E esses pensamentos, é o que permitiriam arquitetar a teoria da produtividade com salários baixos, ignorando, a visão do reformador sobre a responsabilidade do salário justo. “o capitalismo, na primeira fase de seu desenvolvimento, servia-se dos operários que se prestavam a sua exploração econômica por puras razões de consciência”. (WEBER, 2004, n.p) André Biéler, salienta que essa ideia, ao invés de colaborar para a refutação de Karl Marx, intenção do autor, acaba corroborando com ele.

3.4.2 Ernest Troeltsch sobre o capitalismo em Genebra

Ernest Troeltsch, historiador, filósofo e sociólogo contemporâneo de Max Weber, e sustentando a mesma interpretação do calvinismo. Vai dizer que o capitalismo de Genebra era limitado, praticado com toda consciência e cumprindo as proibições morais exigidas pelo protestantismo, e salienta que o tráfico genebrino não ultrapassa as fronteiras das cidades próximas. (TROELTSCH, 1912, p.706). E que seria, o capitalismo dos grandes centros comerciais que Lutero e a Igreja Católica seriam contra, pois eram em níveis internacionais, globais e sem possibilidade de serem regulados. “à instituição de um Banco Estado, tanto para propiciar ao Estado o benefício das operações cambiais, quanto para fornecer crédito a bons termos às indústrias que lhe tivessem necessidade” (TROELTSCH, 1912, p.709). E a partir deste ponto, a experiência em Genebra, teria mudado, pois o capitalismo se infiltrou em sua moral.

Na perspectiva de Ernest Troeltsch, as circunstâncias econômicas, de maneira particular, foram favorecidas. Os países reformados reuniam as minorias perseguidas pela Igreja Católica, e não podiam exercer cargos oficiais, logo lhes restava o comércio. Troeltsch vai dizer que independente disto, o calvinismo desenvolveu um espírito favorável ao capitalismo, à racionalidade e ao utilitarismo, mas diz que Calvino não poderia prever a profundidade que teriam a “evolução de seus pensamentos”. Esses comentários evocam, em sua maioria, os escritos de Max Weber e deixam de lado os escritos originais do reformador.

3.5 O pensamento econômico e social de Calvino

Pode-se compreender as linhas de pensamento que levaram Weber, Troeltsch e seus contemporâneos a criar uma relação direta entre o Calvinismo e o surgimento do capitalismo europeu ocidental. Entretanto, as suas fundamentações são pautadas em suas próprias visões do puritanismo durante a Revolução industrial e não necessariamente são interpretações dos escritos de Calvino. Seus argumentos são pautados na análise do comportamento dos puritanos e seus resultados atribuídos ao reformador sem levar em consideração as distorções e as ramificações que uma doutrina pode apresentar ao estar sob a ótica de um intérprete.

A Reforma Protestante pode ser vista como um clamor de Lutero, uma exortação para que a Igreja Católica medieval se voltasse para as escrituras sagradas e possibilitasse a livre circulação dos textos traduzidos. Martinho Lutero, assim como Calvino, não acreditava na

pluralidade de interpretações, mas acreditava no acesso disponível para que as pessoas pudessem viver de acordo com a palavra e verificar as interpretações dos seus líderes religiosos não isentos de erros e pecados.

Os principais argumentos de Weber acerca da origem do capitalismo ter surgido do pensamento protestante são baseados no contexto dos puritanos sobre trabalho, lucro e predestinação. No entanto, conforme abordado no capítulo dois, segundo a visão do reformador as ressignificações foram retiradas de seu contexto e mais representam uma interpretação do autor do que das reformulações de Calvino.

Para Calvino, a transformação do conceito de trabalho se deve à consciência do homem cristão protestante que crê na Bíblia como a palavra de Deus, de que o seu real patrão é o próprio Senhor soberano sobre todas as coisas. Desta forma, o trabalho apresentado precisa ser excepcional, e os trabalhadores devem estar acima de tudo, capacitados e dando o seu melhor para exercer as suas funções, logo a especialização se faria necessário e é de responsabilidade individual apresentar o seu trabalho. Porém não está no trabalho a satisfação máxima do ser humano, está na sua fé de que Deus é o Senhor. Da mesma maneira, se fala dos padrões humanos e dos salários justos, Weber, parece deixar essa questão de lado ao falar sobre teoria do crescimento da produtividade e da baixa dos salários. Uma vez que Calvino salienta que se o salário do mercado não é justo, porque é possível que não seja, deve ser aumentado por conta de o próprio ter que responder diante de Deus. A satisfação do homem protestante não está nem no prazer luxuriante do homem tradicional como também não está no trabalho como Weber afirma, mas está em viver conforme as Escrituras Sagradas determinam que agradariam a Deus.

A existência do pobre como mensageiro de Deus, em Calvino não é uma condição permanente como em Lutero e diferente do pensamento weberiano a existência da riqueza e do trabalho não estão relacionados a atingir o lucro máximo, estão direcionados em servir ao próximo, a fim de que não haja necessitados no meio da sociedade. Na visão do reformador, a riqueza não é pertencente ao rico, mas responsabilidade confiada por Deus a ele para a redistribuição na sociedade, caso não seja feito isso, também revelaria a cobiça, inveja, e outros pecados que devem ser tratados. Assuntos como, educação e saúde geral, também entram como responsabilidades tanto do rico cristão protestante como da Igreja reformada. Calvino insiste que a poupança, ou o acúmulo de capital, deve ser posto em circulação em prol dos mais necessitados.

Por essas razões, George Goyau apesar de concordar que o Calvinismo possibilitou o capitalismo em Genebra discorda da correlação das razões teológicas de Weber. (Goyau,

2010, p. 279). Segundo o autor, quanto ao domínio econômico a ideia de soberania trazido pela reforma investe no indivíduo e aos poucos vai perdendo o interesse no coletivo em prol do individual devido ao próprio mecanismo, desvirtuando-se do que foi ensinado originalmente por Calvino:

O ganho é o deus dos genebrinos, escrevia em 1820 o arqueólogo Raul Rochette; e enquanto o deus de Calvino se enregela na solidão, aquele que acha um templo em cada indivíduo... O Espírito, neles, está constantemente voltado para com algum lucro, o saber é para eles ainda um ramo do comércio (GOYAU, 2010 p. 281).

Na visão de Goyau, Genebra é uma cidade em que o individualismo religioso em matéria econômica foi mais disseminado e as ideias de “Protestantismo Social” e “Cristianismo social” passaram por um processo de adaptação. Segundo o autor, a liberdade abstrata que os genebrinos tanto gostavam se opunha fortemente aos métodos evangélicos e à busca constante pela justiça social, uma vez que ameaçava a independência individual. E frustrando Calvino e seus antecessores, Genebra optou por sacrificar o credo protestante e tomar posse do individualismo religioso.

Apesar de impossível separar os pensamentos sociais e econômicos de Calvino do seu pensamento religioso, também o é desqualificar a relevância de sua visão detalhista sobre o ser humano e o seu papel na sociedade. O reformador revolucionou a forma como Genebra deveria ser reconstruída e apontou o caminho para uma sociedade que fosse de fato coletiva, promovendo a solidariedade e a igualdade. Conseguindo em suma, captar os problemas da natureza do ser humano, como sendo o principal empecilho para a concretização de seu plano social e econômico.

João Calvino dedicou boa parte de sua vida em externalizar a sua visão pautada na Bíblia e reconstruir Genebra através desses princípios. E a sua fidelidade aos seus princípios não o limitou a manter a visão mais cômoda da Igreja Medieval ou do próprio protestantismo não-radical que encontrou na cidade. Não condenava a livre distribuição de bens e ainda encorajava a atividade econômica. O seu diferencial estava justamente na sua cosmovisão, e não na proibição.

O reformador acreditava que a família, o comércio, a riqueza, a prosperidade e o prazer tinham o seu lugar na sociedade de acordo com os planos de Deus revelado nas escrituras. Calvino, mudou a mentalidade econômica de sua cidade, promovendo a distribuição e a criação de riquezas, incentivando o empreendedorismo e a mobilidade social, o dinheiro passa a ser então, um agente de produção. A sua busca por uma sociedade

igualitária justa foi benéfica para as camadas mais pobres da população que podiam contar com o apoio na saúde, educação e na circulação de bens, não mais sendo obrigados a aceitarem a condição que não lhes favorecia.

No mundo contemporâneo, a desigualdade, a pobreza e a deslealdade das relações econômicas ainda transformam a ideia de uma sociedade igualitária em uma ideia utópica tanto quanto o projeto de Calvino foi substituído nos anos seguintes à sua morte em Genebra. O interesse ainda está acima da ética e da moral e contamina qualquer sistema gerencial. Ainda que se quisesse abordar João Calvino como o “pai do capitalismo europeu” seria deformar a sua doutrina em uma ramificação de regra gerencial que não encontra pressupostos em seus escritos.

O reformador ansiava por encontrar uma forma de reconstruir uma cidade em miséria e declínio moral e ético segundo a sua visão. A luz do que acreditava ser a melhor forma de organizar uma sociedade, Calvino ensinou às pessoas a ressignificar as suas relações familiares e comerciais, sem o jugo das proibições da Igreja Medieval. Em sua concepção, fosse o crescimento das relações econômicas, fosse com empréstimos e juros, se o homem tivesse sido transformado pelo verdadeiro evangelho suas ações não precisavam mais ser regidas por duras leis.

No entanto, Calvino não se omitia quanto aos defeitos dos indivíduos. Sabia que as paixões e o egoísmo promoviam um forte desequilíbrio na sociedade, e como um homem nascido e criado no século XVI compreendia muito bem a importância da igreja e do governo, assim como o risco das omissões e corrupção dessas instituições.

A igreja, de acordo com a sua época, precisava oferecer à sociedade educação, distribuição de riquezas e suprir as necessidades e carências que estivessem dentro do seu escopo, uma vez que era a forma como a sociedade era organizada naquela época. Enquanto o Estado precisava se manter vigilante para impedir que as leis jurídicas e econômicas fossem quebradas, também tinham o papel fundamental de defender o interesse coletivo durante as crises, que era quando a propensão ao egoísmo tendia a aumentar. Calvino não acreditava que uma sociedade perfeita poderia surgir de humanos imperfeitos, mas achava fundamental que existisse um padrão maior que o humano para se pudesse tentar.

O homem moderno parece continuar preso no seu ciclo de corrupção e por conta disso, a política, as relações comerciais e econômicas e até mesmo a igreja passam a ter visões deturpadas voltadas para os interesses individuais, pois ainda se trata de pessoas e suas cosmovisões.

4 CONCLUSÃO

Pode-se observar que na Idade Medieval, a economia estava severamente limitada pelas figuras indissociáveis do Estado e da Igreja Católica. A definição das relações comerciais e pessoais eram determinadas por essas figuras e o regulamento dependia unicamente do desejo do clero. Sendo a Igreja Medieval a autoridade máxima, e estando o comércio, a prosperidade, riqueza e organização social sob o comando dela. De acordo com a história geral, os interesses e a corrupção – ainda que se possa discutir esse conceito sobre os padrões da época - já estavam no seio dessa sociedade e a religião era usada para proteger essa estrutura, limitando o acesso à informação e levando a população a uma situação de sub sobrevivência sem qualquer possibilidade de escapatória.

Apesar de não ser a intenção de Lutero, com a Reforma Protestante e a promoção ao acesso às escrituras sagradas, abriu-se um espaço para a contestação da cosmovisão que sustentava a sociedade medieval, tornando possível questionamentos acerca da imutabilidade das classes sociais e a soberania da igreja católica como principal regulamentador da vida cotidiana. Sem deixar de mencionar os efeitos do humanismo na própria reforma protestante, diretamente ligada a João Calvino, cujo método científico foi aplicado nos estudos da Bíblia e possibilitaram o questionamento da autoridade católica medieval, ainda que a burguesia e outros, tivessem levantado a bandeira da reforma em prol de seus interesses egoístas o que não passou despercebido.

João Calvino, convidado a ajudar na trabalhosa reconstrução da Genebra do século XVI encontra, tendo como base a sua fé na Bíblia como a palavra de Deus, uma nova forma de pensar a circulação de bens, visando a construção de um sistema econômico mais eficaz e justo. Colocando em evidência a responsabilidade do homem e o propósito para o qual foi criado. A sua visão antropológica e os seus pensamentos contribuíram para o avanço da atividade econômica e para a desmistificação do lucro antes visto como danoso e trouxeram novamente para a discussão a natureza egoísta do homem, a necessidade da vida em sociedade e o papel da religião cristã que tem como base as escrituras na vida individual e coletiva.

Todavia, na sociedade atual, o egoísmo humano vem sobrepondo toda e qualquer ética nas relações pessoais, comerciais e econômicas. O declínio da ética e a expansão do interesse individual a qualquer custo normaliza a busca pela vantagem em cima dos mais vulneráveis das relações e promove negócios cada vez mais injustos. A avidez pelo lucro tornou necessário a volta da atenção para conceitos como “cobiça” e “paixões”, uma vez que a

isenção de responsabilidades produz líderes egocêntricos e promove a injustiça social uma vez que o sistema gerencial possui mãos corruptas.

O trabalho não é mais dignificado, é escasso e se torna uma ocupação profissional que gera um salário de subsistência. As grandes corporações enxergam os trabalhadores como máquinas de produção e testam a teoria Weberiana de crescimento produtivo ser estimulado pela baixa remuneração. A justa distribuição não existe, e a sociedade igualitária e justa que promove qualidade de vida parece tão distante, quase utópica, ao passo em que discussões sobre salvar a economia ou as pessoas se tornam pautas quando pela sua essência não poderiam estar em lados opostos.

Calvino não teve a pretensão de ser chamado de economista ou algo além de teólogo, mas pode-se dizer que a sua visão influenciada pela reforma protestante foi capaz de compreender o ciclo vicioso que a natureza humana se encontra, e não teve medo em dizer que as paixões humanas eram em sua essência egoístas e danosas, portanto, precisavam ser controlados. De acordo com sua visão, o caos em que se encontram as pessoas, torna necessária a crença em uma ética superior da qual a humana é apenas uma sombra. Caso contrário, não haveria esperança nenhuma, e o certo e o errado tornam-se variáveis de acordo com interpretações.

O reformador chama os indivíduos a ocuparem os seus respectivos papéis na sociedade, voltaram-se para o interesse coletivo, identificarem seus problemas e encontrarem a melhor forma de se organizarem, independente do sistema gerencial escolhido não existe a isenção da responsabilidade humana. Calvino lembra que, no final, se trata das pessoas com a autoridade para decidir e suas cosmovisões acerca da economia, da política, do comércio, da vida de uma nação como um todo, muito além dos privilégios, existem os deveres que não podem ser escravizados pela cobiça e egoísmo do homem contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- A COMPANION to the reformation world. *In*: GREYERZ, Kaspar von. **The Reformation in German - Speaking Switzerland**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004. p. 86- 105.
- BIÉLER, André. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2012.
- BIÉLER, André. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**. 2. ed. São Paulo: Casa Presbiteriana, 2012.
- BRASIL. Lei nº8.222, de 5 de setembro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.18749, col.1, 6 set. 1991.
- CALVINO, João. **Comentários ao Antigo Testamento e do Novo Testamento**. São Paulo: Editora Fiel, 2022a.
- CALVINO, João. **A Instituição da religião Cristã**. Tradução: Carlos Eduardo de Oliveira *et al.* São Paulo: Editora UNESP, v. 1, t. 1, 2013.
- CALVINO, João. **Comentários ao Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Fiel, 2022b. Título original: *Calvins Commentaries: The Catholic Epistles*.
- CALVINO, João. **Comentários Bíblico João Calvino: Antigo Testamento parte 1**. Tradução: Veldenilson Araujo. [S. l.: s.n.], 2021.
- CALVINO, João; CUNITZ, Ed.; BAUM, G. **Ioannis Calvini Opera Quae Supersunt Omnia**. [S. l.]: Nabu Press, 2012.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DEVRIES, Dawn. **The Cambridge Companion to John Calvin**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 106- 124.
- DIVITIOR. Conselho para um jovem negociante, escrito por um ancião. *In*: FRANKLIN, Benjamin. **Divitior**. [s.l.], 30 jul. 2019. Disponível em: <https://divitior.com/conselhos-para-um-jovem-negociante-benjamin-franklin/>. Acesso em: 9 abr. 2022.
- FEAUSP. **O que é economia?**. São Paulo: FEAUSP, [20--?]. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/economia/graduacao/o-que-e-economia>. Acesso em: 7 jan. 2022.
- FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Portugal: ASA, 1994.
- FROMMENT, Antoine. **Le Livre de la sédition**. Genebra:[s.n.], [1854?]. Disponível em: <https://ge.ch/archives/transcription-document-ch-aeg-mss-hist-6-f-51r-51v>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- GOYAU, Georges. **Une Ville-Eglise Geneve 1535-1907**. França: Nabu Press, 2010.

HAAS, H, GUENTHER. **The Cambridge Companion to John Calvin**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 93-105.

HERMINJARD, Aime Louis. **Correspondance Des Reformateurs Dans Les Pays de Langue Francaise, Recueillie Et Publiee Avec D'Autres Lettres Relatives a la Reforme Et Des Notes Historiques Et Biographiques**. [S. l.]: Nabu Press, 2013.

HIS Kingdom Come: An Integrated Approach to Disciplingthe Nations and Fulfillingthe Great Commission. *In*: BLOOMER, A. Thomas. **Calvin and Geneva: Nation-Building Missions**. Washington: Ywam publishing, 2008. p. 103-118. Disponível em: https://img1.wsimg.com/blobby/go/a51a6a77-07d1-4525-8e6a-96cb0856ac94/downloads/Calvin_and_Geneva_Bloomer.pdf?ver=1611334402950. Acesso em: 11 abr. 2022.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**: do Feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

KARL, Marx. **O capital**. São Paulo: Veneta, 2017.

LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

MARTINHO, Lutero. **Contra os Camponeses Assaltantes e Assassinos**. [S. l.: s. n.], [1526?]. Título original: Wider die Mordischen und Reubischen Rotten der Bawren.

McGRATH, Alister E. **Origens intelectuais da Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

McKIM, Donald (ed.). **The Cambridge Companion to John Calvin**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 3-24. DOI: doi:10.1017/CCOL0521816475.

MÜNTZER, Thomas. **As guerras camponesas na Alemanha**. Coimbra: Centelha, 1974.

NAPHY, William. **The Cambridge Companion to John Calvin**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 25-38.

OLSON, Jeannine. **The Cambridge Companion to John Calvin**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 153-172.

PIRENNE, Henri **Medieval Cities**: Their Origins and the Revival of Trade. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

PIRENNE, Jacques. **Les Grands courants de L' histoire Universelle**. Paris: La Bannière Neuchâtel, [ca.1956].

ROJAS, Carlos. **Antimanual do mau historiador**. São Paulo: EDUEL, 2007.

SAUER, James. Christian Faith, economy, and economics: What do christian ethics contribute to understanding economies?. **Faith & Economics**, [s.l.], n.42, p.17-25, outono 2003.

Disponível em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.530.741&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOMBART, Werner. **Os judeus e a vida econômica**. Tradução de: Nélío Schneider. São Paulo: UNESP, 2015.

TROELTSCH, Ernst. **Die Soziallehren Der Christlichen Kirchen Und Gruppen**. t.1, 1912. p. 700-715.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.